



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento Nº 25/2024

EMENTA: Requer designação de Audiência Pública a ser realizada no plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP, no dia 12 de março de 2024, às 18:00, para tratar de assuntos diversos sobre o Transtorno do Espectro Autista, principalmente a situação dos professores de apoio nas escolas públicas requer ainda a presença dos responsáveis de suas secretarias: Secretária de Saúde Senhora Clara Alice Franco de Almeida Carvalho, Secretário de Cultura Senhor Luiz Henrique Dalbo, Secretária de Assistência Social Senhora Cristiana Puls.

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES VEREADORES,

Requer designação de Audiência Pública a ser realizada no plenário da Câmara Municipal de Mogi Mirim/SP, no dia 12 de março de 2024, às 18:00, para tratar de assuntos diversos sobre o Transtorno do Espectro Autista, principalmente a situação dos professores de apoio nas escolas públicas.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a grande demanda no município de crianças e adultos com Transtorno do Espectro Autista, é essencial nos reunirmos juntamente com o poder executivo e a população, a fim de procurarmos soluções para progredirmos em relação a essa causa tão importante.

Trata-se de um assunto de extrema relevância e de interesse público.

Pelo presente instrumento, **convocamos** a presença dos seguintes representantes do executivo municipal:



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

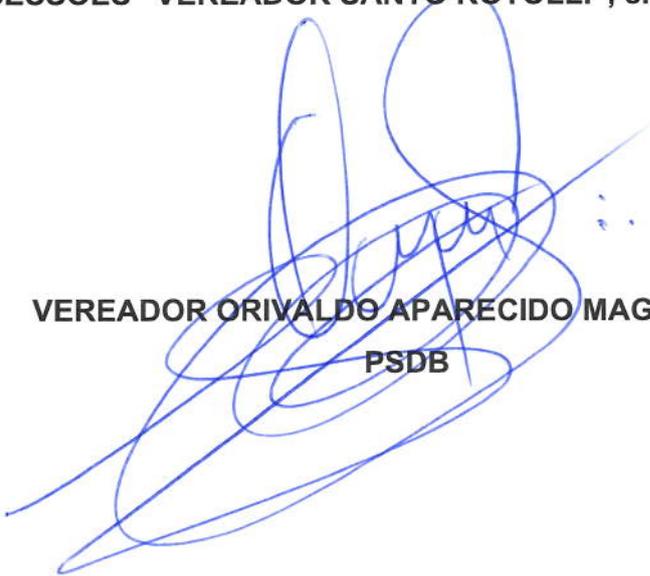
Estado de São Paulo

- Secretária de Saúde Senhora Clara Alice Franco de Almeida Carvalho
- Secretária de Educação Senhora Ana Lúcia Bueno Peruchi
- Secretário de Cultura Senhor Luiz Henrique Dalbo
- Secretária de Assistência Social Senhora Cristiana Puls

Neste sentido, requer designação de Audiência Pública a ser realizada no plenário da Câmara Municipal de Mogi-Mirim/SP, no 12 de março de 2024, às 19:00, para tratar de assuntos diversos sobre o Transtorno do Espectro Autista, principalmente a situação dos professores de apoio nas escolas públicas.

A Lei Berenice Piana (12.764/12) criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que determina o direito dos autistas a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde; o acesso à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades.

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 16 de fevereiro de 2024


VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES
PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=PF43YTN9E833W74W>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: PF43-YTN9-E833-W74W

ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES

Vereador

Assinado em 16/02/2024, às 13:56:01

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:179/2024 - 16/02/2024 - 13:55 - PF43-YTN9-E833-W74W



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

**CONVITE DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Nos termos do Art. 225, inciso IV, § 2º, do Regimento Interno e tendo em vista o Requerimento nº 25 de 2024, de autoria do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, fica convidada a população de Mogi Mirim para participar da **Audiência Pública** a fim de tratar de assuntos diversos sobre: “ **o Transtorno do Espectro Autista, principalmente a situação dos professores de apoio nas escolas públicas**”.

Dia: 12 de março de 2024 – Terça-feira

Horário: 18:00

Local: Plenário da Câmara Municipal

Câmara Municipal de Mogi Mirim, em 20 de fevereiro de 2024.

DIRCEU DA SILVA Assinado de forma digital
por DIRCEU DA SILVA
PAULINO:265575 PAULINO:26557520822
20822 Dados: 2024.02.20
10:40:57 -03'00'

DIRCEU DA SILVA PAULINO
Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24

Folha Nº 06

**PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL DE MOGI MIRIM,
EDIÇÃO Nº 853, QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2024.**

Jornal Oficial Quarta-feira, 21 de fevereiro de 2024 ano IX - nº 853

P03

 CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM Estado de São Paulo
CONVITE DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
Nos termos do Art. 225, inciso IV, § 2º, do Regimento Interno e tendo em vista o Requerimento nº 25 de 2024, de autoria do Vereador Onivaldo Aparecido Magalhães, fica convidada a população de Mogi Mirim para participar da Audiência Pública a fim de tratar de assuntos diversos sobre: "o Transtorno do Espectro Autista, principalmente a situação dos professores de apoio nas escolas públicas" .
Dia: 12 de março de 2024 – Terça-feira Horário: 18.00 Local: Plenário da Câmara Municipal
Câmara Municipal de Mogi Mirim, em 20 de fevereiro de 2024.
DIRCEU DA SILVA PAULINO Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Ofício CM/GP Nº 13/2024

Em 20 de fevereiro de 2024

Excelentíssimo Senhor
PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal

Senhor Prefeito,

Encaminho a Vossa Excelência, cópia do **REQUERIMENTO Nº 25/2024**, de autoria do nobre Edil **ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES**, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 19 de fevereiro de 2024. Envio este para que possa oficiar os secretários abaixo mencionados, a respeito da Audiência Pública em questão:

- Secretária de Saúde: Senhora Clara Alice Franco de Almeida Carvalho
- Secretária de Educação: Senhora Ana Lúcia Bueno Peruchi
- Secretário de Cultura: Senhor Luiz Henrique Dalbo
- Secretária de Assistência Social: Senhora Cristiana Puls

Atenciosamente,

DIRCEU DA SILVA PAULINO
Vereador Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24

Folha Nº 08



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=K0JJ4ASYSONTNFS0>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: K0JJ-4ASY-S0NT-NFS0



DIRCEU DA SILVA PAULINO

Vereador - Presidente

Assinado em 21/02/2024, às 09:01:41

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO: - - - K0JJ-4ASY-S0NT-NFS0

Assunto: **Re: Ofícios e Requerimentos Audiências Públicas**
De Regina Célia S. Bigheti <rc.sigma@gmail.com>
Para: <secretaria@camaramogimirim.sp.gov.br>
Data 21/02/2024 10:45

Recebido.

Obrigada.

Em qua., 21 de fev. de 2024 às 10:20, <secretaria@camaramogimirim.sp.gov.br> escreveu:

Bom dia Regina,

Seguem anexos os Ofs. nºs 13 e 14 de 2024, e respectivamente os Requerimentos nºs 25 e 28 de 2024, referentes à duas Audiências Públicas convocadas pelo Vereador Orivaldo Apdo. Magalhães. Por gentileza dar ciência aos Secretários Municipais.

Favor acusar recebimento.

At.te

Wesley Henrique Zacariotto

Secretaria da Câmara

--
Regina Célia S. Bigheti
Coordenadora de Secretaria
Gabinete do Prefeito
(19) 3814-1351
Prefeitura de Mogi Mirim - SP.

O homem não é nada além daquilo que a educação faz dele.

(Immanuel Kant)



Secretaria de
Saúde



Mogi Mirim, 12 de março de 2024.

Ofício SS 119/2024

De: Secretaria de Saúde

Para: Sr. Dirceu da Silva Paulino – Vereador Presidente da Câmara Municipal

Assunto: Ofício CM/GP nº 13/2024 e Requerimento nº 25/2024

Considerando o Requerimento nº 25/2024 cujo teor é a convocação desta Secretária de Saúde e outros Secretários para comparecimento em Audiência Pública neste dia 12 de março, informo que devido a problemas de saúde que se agravaram nos últimos dias, impedindo a minha locomoção, estou afastada das minhas funções junto a Secretaria de Saúde. Desta forma fico impossibilitada de comparecer nesta Audiência Pública.

Neste ato, anexo atestado médico para comprovar o alegado.

Sendo o que se apresenta no momento, aproveito o ensejo para externar protestos de estima e distinta consideração.

Favor recordar ao autor da audiência

CLARA ALICE
FRANCO DE
ALMEIDA
CARVALHO:0167153
1884

Assinado de forma
digital por CLARA ALICE
FRANCO DE ALMEIDA
CARVALHO:01671531884
Dados: 2024.03.12
16:49:30 -03'00'

CLARA ALICE FRANCO DE ALMEIDA CARVALHO

Secretária Municipal de Saúde

*Dirceu da Silva Paulino
Presidente da Câmara*

12/03/24



www.unimedbxm.coop.br
Avenida Mogi Mirim, nº 2679 -
13844-115 Jd. Guaçu Mirim,
Mogi Guaçu - SP
T. (19) 3831-9700
E-mail: unimed@unimedbxm.coop.br

ANS - nº 311847

ATESTADO MÉDICO

Atesto a pedido, que o Sr. Clara Alice Franco de A. Carvalho idade e portador do RG nº _____, está impedido de exercer seu trabalho, solicitando:

- Afastamento do trabalho por _____ horas
- Afastamento do trabalho por um (01) dia
- Afastamento do trabalho pelo período de 05 dias (menos de 15 dias), a partir de 11/03/2024
- Afastamento do trabalho por mais de 15 (quinze) dias, a partir de _____
- Encaminhamento à Perícia do INSS

em decorrência de:

- Consulta Médica
- Tratamento Médico
- Tratamento Cirúrgico
- Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica
- Acompanhamento Familiar

Favor encaminhar cópia ao autor da audiência

*Guilherme A. C. de Carvalho
Presidente da Câmara*

Nome _____
 CRM _____
 CPF _____
 Endereço _____

*Dr. Guilherme A. C. de Carvalho
 Anestesiologia - RQE 21859
 Clínica da Dor - RQE 21858-1
 CRM 87218*

Em abaixo assinado, _____, autorizo o médico a declarar nominalmente, ou através do CID, meu diagnóstico, liberando-o portanto da guarda do sigilo profissional.

DIAG./CID

M54.5

Assinatura do Paciente

Data: 11/03/2024

À Câmara Municipal de Mogi Mirim

Exmo Sr Presidente Dirceu Paulino

Considerando a necessidade de meu afastamento por motivos de saúde, justifico minha ausência na data de hoje: 12/03.

Coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

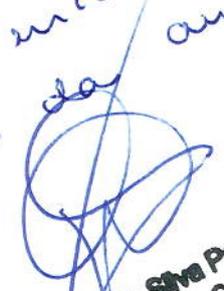
Encaminho a servidora Edina para me representar no evento.

Atenciosamente,


Ana Lúcia Bueno Peruchi
Secretária de Educação

12/03/2024

Favor encaminhar ao
autor da audiência


Dirceu da Silva Paulino
Presidente da Câmara

12/03/2024



www.unimedbxm.coop.br
Avenida Mogi Mirim, nº 2679
13844-115 Jd. Guaçú Mirim
Mogi Guaçu - SP
T. (19) 3831-9700
E-mail: unimed@unimedbxm.coop.br

ANS - nº 311847

ATESTADO MÉDICO

Atesto a pedido, que o Sr. Apna Lucreia P. P. Machado
idade e portador do RG nº 3656833, está impedido de
exercer seu trabalho, solicitando:

- () Afastamento do trabalho por _____ horas
- () Afastamento do trabalho por um (01) dia
- (✓) Afastamento do trabalho pelo período de 03 dias (menos de 15 dias), a partir de 12/03/24
- () Afastamento do trabalho por mais de 15 (quinze) dias, a partir de _____
- () Encaminhamento à Perícia do INSS

em decorrência de:

- (✓) Consulta Médica
- () Tratamento Médico
- () Tratamento Cirúrgico
- () Serviços Auxiliares de Diagnóstico e Terapêutica
- () Acompanhamento Familiar

Nome
CRM
CPF
Endereço

Dr. Denis de Carvalho
CRM: 30.740

Eu, abaixo assinado, _____, autorizo o médico a declarar nominalmente, ou através do CID, meu diagnóstico, liberando-o portanto da guarda do sigilo profissional.

Assinatura do Paciente

Data: 12/03/24

DIAG./CID

J11



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE O REQUERIMENTO Nº 28/2024, PARA EXPLANAÇÃO SOBRE “ASSUNTOS DIVERSOS SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, PRINCIPALMENTE A SITUAÇÃO DOS PROFESSORES DE APOIO NAS ESCOLAS PÚBLICAS”.

No dia 12 de março de 2024, às 18h00, na Sala das Sessões “Vereador Santo Róttoli”, da Câmara Municipal de Mogi Mirim, instalada no pavimento superior do Paço Municipal, deu-se Audiência Pública para explanação sobre “ASSUNTOS DIVERSOS SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, PRINCIPALMENTE A SITUAÇÃO DOS PROFESSORES DE APOIO NAS ESCOLAS PÚBLICAS”, objeto do Requerimento nº 25/2024, de autoria do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães – “Magalhães da Potencial”, aprovado na sessão ordinária de 19 de fevereiro de 2024. Abertos os trabalhos, eis que se encontravam presentes:

NOME	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
Dissony de Almeida	40.929.356-8	Professora / mãe	(19) 98755123	
Daiane G. Mendes	46.206.812-00	B.H.	(19) 992386598	
Carlos Roberto G. Cláudio	10.077.177-X	Assessor de Comunicação	(19) 99772-4003	
Fernando Pereira	44.540.744-X	Dom de Lou	19-99992-9036	
Deborah de A. Nogueira	50.144.940-1	Nutricionista	19.930177472	
Orivaldo Aparecido Magalhães	172.96.428.6	Rec. Edif.	19-987589353	



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

NOME	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
LUCIANA GARCIA	47836623-1	—	99475-94-20	<i>Luciana Garcia</i>
Benedicta Amimi	36566937-9	—	992593232	<i>Benedicta Amimi</i>
Paula Amabile	48276739-X	—	974060821	<i>Paula Amabile</i>
Paula Amabile	01.994.250-1	—	997538225	<i>Paula Amabile</i>
Auz Henrique Gallo	40.733.551-0	—	992187013	<i>Auz Henrique Gallo</i>
MANOEL ROMARIO	35.521.311-3	—	956110013	<i>Manoel Romario</i>
Jovana Romio Pochi	40.893.370-7	—	991866408	<i>Jovana Romio Pochi</i>
Elizandra Brustre	16801405.1	—	992188757	<i>Elizandra Brustre</i>
Luciane Braga	434951559	—	—	<i>Luciane Braga</i>
Cristiane Lopes	24560072-3	Arquiteta	199999521181	<i>Cristiane Lopes</i>
BRUNO T. BUENO	52825000-0	EMPRESÁRIO	19996075421	<i>Bruno T. Bueno</i>
Alina Junqueira de Sá	45.696.850-7	Dona de Casa	199740555668	<i>Alina Junqueira de Sá</i>
Thalita Corrêa	28707562-X	—	19993948839	<i>Thalita Corrêa</i>
Luiz Carlos Candelaria	13.644.942-6	ADVOGADO	191999811-2260	<i>Luiz Carlos Candelaria</i>
Givaniely da Silva	28431734-2	Paralela	19999929647	<i>Givaniely da Silva</i>
Erivaldo Souza	40734735-5	Exercício	19993471706	<i>Erivaldo Souza</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

Estado de São Paulo

NOME	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
Rodrigo Alberto de S.	54.651.010-3	Empresário		
André S. Dupont	43.250.469-2	do lar	19-992511330	
Artemando C. Santos	34.688.847-5	Assistente Social	19992477960	
Carlos S. Albert	41.699.045-9	Administrador	19.982279137	
Carlos N. Micheli		Advogado		
Jessica G. Comares	39.328.836-5	Pedagoga	1999879-9032	Jessica G.C.
Carlinhos Bernardi	10.717.091-8	Empresário	982514124	
Natário B. Balbo	40.557.704-1	Operário	996086275	
Marcos de Souza	40929.129-8	Operador	998950506	Marcos
Rosa N. de Silva	4861418	Aposentada	996031913	Rosa
Edimundo C. Ferraz de Lima	102.373.628-48	Professora	(19) 99644-7372	
Dommarat Chalado	325357675	Superintendente	993377876	
André Luiz de Aguiar	24.764.727-5	Assistente Social	99610.0977	André Luiz de Aguiar
Edlema J. Mercader	334685163	Assistente Social	999324087	Edlema
Carolina M. C. Fanteguini	32035730-2	Assistente Social	981561358	Carolina



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM

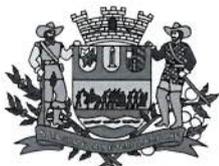
Estado de São Paulo

NOME	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
Daniel Botelho Bassi	52223399-5	amuntante social	11 990089401	<i>Daniel Bassi</i>
Rogelaine	41.152-800-2	maquiere	19 993579102	<i>Rogelaine</i>
Matthew In Ulva	41.925.739-1	Eng. Civil	19 99810-1073	<i>Matthew</i>
Paulo de Souza	180762345	Eng. Agrônomo	19 982866000	<i>Paulo de Souza</i>
Assilia Longatto	13.058781.22	Advogada	19 981755497	<i>Assilia Longatto</i>
Enilda Camargo	34.123.189-7	Coordenadora NMM	19 971693093	<i>Enilda Camargo</i>
Patrícia Sales	44.802.897-9	Pedagoga	19.9.962284.55	<i>Patrícia Sales</i>
Valéria Ap. C.	45.5915.578-5	Adv. Law	19 9 89 65 4930	<i>Valéria Ap. C.</i>
Priscila C. Capetan	18.571.886-X	—	19 996697976	<i>Priscila C. Capetan</i>
Ana Luiza A.R.	—	DO LAR	—	<i>Ana Luiza A.R.</i>
Carolina F. Zefani	27588783-2	Auxil. Adm. Serv.	(19) 9985076	<i>Carolina F. Zefani</i>
Édvaldo de Jesus	48990792-4	—	19198378386	<i>Édvaldo de Jesus</i>
Emca S. Mariano	49 0438362	Pedagoga	19 9 82 13 4803	<i>Emca S. Mariano</i>
Marciothelmo	AG636MMX	Comerciante	19.9976544M	<i>Marciothelmo</i>
Samuel S. da Silva	42.291625-0	Vigilante	19.999001204	<i>Samuel S. da Silva</i>
Patrícia Regina de Fátima	32.623.561-7	Proc. Pedagoga	19.9.990012.04	<i>Patrícia Regina de Fátima</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
 Estado de São Paulo

NOME	RG	PROFISSÃO	CELULAR	ASSINATURA
Antônia Alves	43072645-4	assistente social	982218113	<i>[Signature]</i>
Regynyla Lentes	393092978-80	Adv. Limpza	771126163	<i>[Signature]</i>
Luciana Sale	414.948.508-53	Adv. Pega	1995454624	<i>[Signature]</i>
Martine Galvão	32035.720-x	Func. Pública	98843-1738	<i>[Signature]</i>
Sabian V. B. Oly	28395242-0	mãe	988056796	<i>[Signature]</i>
Alessandra Febrônio	25.142.7596	Professora	991142148	<i>[Signature]</i>
Arnold & Joub	40559983-3	Intendente/mãe	982323391	<i>[Signature]</i>
Spair Antônio T. Sato	41.205.200-3	Neuroeducador	987806511	<i>[Signature]</i>
Simone C. Zaccaretti	22.896.940-2	Professora	9933528-4A	<i>[Signature]</i>
Miguel	487245406			
Carla Aires				
Matthews Santos	398.247.358-60		19-988656664	<i>[Signature]</i>
Spurna Luani	6359075-4	Atm.	981108832	<i>[Signature]</i>
Estaciano Sueda				<i>[Signature]</i>
Michele B. Loren	34.666.698-84	pedagoga		<i>[Signature]</i>
Sônia Mariana	23958131	vereadora		<i>[Signature]</i>



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24

Folha Nº 21

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
SITUAÇÃO DO AUTISMO NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM
12/03/2024

VEREADOR PRESIDENTE DA AUDIENCIA PUBLICA ORIVALDO APARECIDO
MAGALHÃES

MOGI MIRIM
2024

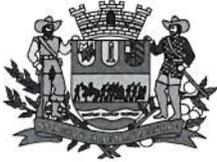


CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Nós vamos deixar rodando um vídeo aqui, mas não começou a audiência ainda, tá?!

Boa noite a todos presentes. Eu gostaria de pedir que o nosso Secretário de Cultura, Luiz Dalbo, adentrasse o plenário por gentileza. Gostaria de solicitar também que a nossa secretária de educação, Ana Peruchi, adentrasse ao plenário. Como ela apresentou atestado médico e não vai poder comparecer, pedimos que a diretora Edna Ferreira que está representando adentre ao plenário. Gostaria de pedir que a nossa secretária de assistência da social, Cristina Pulz, também adentrasse ao plenário por gentileza. Bom, nós estamos aguardando a nossa secretária da saúde ou a sua representante. Eu gostaria de também, de pedir que uma das mães dos autistas que estão presentes hoje, uma representante adentre ao plenário também, por favor. A pedido da representante das mães dos autistas, se mais alguma representante, mãe que estiver aí quiser adentrar, será bem-vinda, pode entrar aqui. Algum presidente de alguma associação de autista que está presente que gostaria de adentrar ao plenário, por favor? Bom, eu mais uma vez vou fazer a chamada. A senhora secretária de saúde, Clara, está presente ou não? Ou uma representante dela. Algum representante da Secretaria da Saúde? Algum representante da Secretaria da Educação? Diretora Edna Ferreira, muito obrigado a presença da senhora como representante da nossa Secretaria da Educação. Eu quero agradecer também a presença aqui do nosso nobre vereador, Ademir, da nossa nobre vereadora, Joelma, da nossa nobre vereadora, Doutora Lúcia, da nossa nobre vereadora, Sonia Modena Rodrigues, e até o presente momento, são essas presenças. Como solicitado pelos requerentes da audiência pública, as mães dos autistas, eu quero fazer uma introdução a essa audiência pública. Julgo eu ser muito importante. Quero ressaltar também aqui a presença do nosso nobre vereador João Vitor. Quero ressaltar também a presença da dona Rosa, presidente do Conselho da Mulher. Nós estamos vivendo um momento aonde as redes sociais, elas trazem todos os tipos de notícia. E nem sempre aquilo que está lá nas redes sociais é o que muitas pessoas gostariam que estivessem lá. Mas na maioria das vezes elas colocam coisas lá porque estão sobre uma pressão muito forte, muito forte. Eu acredito que nada nessa vida é por acaso. Acredito eu que tudo o que acontece nas nossas vidas tem um motivo. Acredito eu, que forças divinas nos traz para essas coisas que está acontecendo aqui nessa noite e para outras também. Nada é por acaso. E todos nós nesse mundo temos uma missão. E a minha missão ela começou há 12 anos atrás, 12 anos atrás quando meu filho foi diagnosticado com autismo. É por incrível que pareça esse ano eu completo 12 anos aqui na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Eu não tenho rabo preso com ninguém, não tenho medo de nada só dos castigos de Deus. Então não me causa nenhum temor de mensagem ou qualquer coisa que coloquem na internet, nas redes sociais. Porque sou esse sujeito que vocês estão vendo aqui. Não estou preocupado com a eleição. Quem decide se seremos reeleitos ou se seremos eleitos? Acredito eu que é o homem lá em cima que nos incumbe de missões aqui na terra. E outra coisa, eu não vendi a minha alma pro capeta igual já tem gente que está vendendo e que me causa um certo nojo. É assim. Eu vou até o fim nessa luta mesmo depois que eu não estiver aqui na política. A minha vaidade tem que ficar de lado. Eu lutei para ser vereador porque como



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24

Folha Nº 23

vereador eu ia conseguir aprovar leis para beneficiar os autistas. São mais de 8 leis. E leis que eu criei, projetos de leis que está engavetado na Comissão de Justiça e Redação. Então essa noite eu quero agradecer à presença do nosso vereador João Gasparini, que é o presidente da Comissão de Justiça e Redação e da Comissão de Finanças de Orçamento para que por favor João, de celeridade no projeto da Casa de Apoio ao Autista. São vários projetos que estão aí que precisam vir ao plenário logo para ser votado para beneficiar os nossos autistas da nossa cidade. Foram mais de 8 leis aprovadas no município e o projeto de lei, município de Mogi Mirim. E esses projetos que estão engavetados lá na Comissão de Justiça e Redação, Finanças de Orçamento. Mas tem uma lei recente, tem o nosso projeto de lei 111/2023, que cria no município o Centro de Apoio. Mas não, é uma lei infundada, é uma lei que tem fundamento. Porque o nosso governador, no dia 9 de outubro de 2023, ele aprovou a lei 17.798 de 2023, que determina a presença de acompanhantes especializados para os alunos autistas na rede de ensino em São Paulo, no estado de São Paulo. E inclusive foi publicada no Diário Oficial, não tá sendo cumprida no nosso município. Mas eu quero ler uma coisa aqui mais é importante para senhores, para que os senhores vejam aonde isso me atinge no meu cerne profundamente, no meu âmago como pai de autista. Vou ler uma coisa aqui para vocês muito importante. Laudo, declaro que o paciente acima vem sendo por mim acompanhado desde dezembro de 2020, devido ao quadro de transtorno de espectro autista, CID F84, devido ao quadro de transtorno de espectro autista, F84. Atualmente, sua condição pode ser classificada como nível 2 de suporte. Ainda, o diagnóstico de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade CID F90, e deficiência intelectual leve, com coeficiente de inteligência 61, aferido em 2022, CID 10F70.8. Trata-se de uma criança com habilidade de comunicação verbal, mas ainda tem desajustes comportamental, impulsividade e precisa de auxílio para a realização de algumas de suas atividades devida diária. Deverá seguir em acompanhamento transdisciplinar com neuropediatra, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicólogo, comportamental, de forma contínua. Terapia psicológica comportamental, embasada em aba, 5 horas semanais. Terapia ocupacional, 1 hora sessão por semana. Terapia fonoaudiológica, 1 hora sessão por semana. Então, tem um detalhe aqui muito importante que não está sendo feito por ninguém aqui em Mogi Mirim, por ninguém. Por ninguém. Que isso fica claro aqui para as pessoas. A devolutiva. Quem é o pai de autista que está recebendo a devolutiva dos progressos dos seus filhos? Ou regresso. Então tem que ter a devolutiva por parte das clínicas e associações que fazem o atendimento e terapias. A instituição não pode ser somente uma creche para dar fôlego para os pais. Tem que fazer as terapias. É necessário fazer as terapias. Muitas crianças com autismo deveriam estar na APAE, grau severo. Os pais que não aceitam isso podem estar cerceando seus filhos de desenvolvimento. Quantas crianças que estavam sendo tratadas numa instituição aí numa associação e foram para APAE e desenvolveram muito mais, porque a APAE tinha expertise e um trabalho mais aprofundado com nível 3 severo, não é? Bom. E o que acontece quando um pai não recebe a devolutiva? Acontece o seguinte. Acontece que o tempo vai passando e essa criança não desenvolve. E se ela não desenvolve, ela não vai se incluir no mercado de trabalho futuramente? E eu vou falar aqui



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

abertamente, sem medo, sem medo nenhum. Eu não estou preocupado com voto, não, minha gente. Não estou mesmo. Qualquer batalha que for travada, qualquer benefício que conseguirem, não só eu, mas as mães dos autistas, todo mundo que está aqui hoje, qualquer pessoa de Mogi Mirim, do estado de São Paulo, do Brasil, do mundo, que conseguir alguma coisa para os autistas, provavelmente vão estar me beneficiando também. Porque nenhum de nós aqui sabemos o dia de amanhã. Nenhum de nós sabemos. Nós não sabemos o dia que seremos chamados, para a vida eterna. Oxalá nós, todos nós, sejamos dignos de passar para o andar de cima. Mas eu digo assim. Esse negócio de topa tudo por dinheiro tem que acabar. A prefeitura municipal de Mogi Mirim, com a sua atual administração, tem que fiscalizar. Não é só pagar a fatura e não fiscalizar. Porque essas famílias que não estão recebendo a devolutiva, do desenvolvimento do seu filho, ou do não desenvolvimento, a família pode estar perdendo a chance de procurar um especialista em alguma área para poder desenvolver o seu filho com outras técnicas. Eu falo isso para todos que estão aqui essa noite com propriedade, porque eu estou vivendo isso. O que eu tenho conversado com o doutor Charleston, com a doutora Renata, é barbaridade. Diante disso, eu queria falar para todos vocês também, eu passei um vídeo aqui. Eu não vou fazer pergunta nenhuma essa noite, eu quero deixar para as mães fazerem perguntas essa noite. Eu tenho um grande amigo que chama doutor Alexandre, lá de Jaguariúna, que já está na causa autista muito tempo. E esse vídeo que ele passou, ele demonstra que quando há vontade política, quando há vontade, é possível imprimir um trabalho diferente na causa autista para o desenvolvimento dos nossos filhos, dos nossos autistas. Lá a doutora Letícia está trabalhando na APAE e está fazendo um trabalho com os profissionais da área, com os pais dos autistas, ou seja, ela está sendo multiplicadora de informações e ensinando todos que ela pode a como trabalhar com o autista, como lidar com o autista, como o pai e a mãe em casa podem lidar com autistas diante de determinadas situações. Então, gente, eu vou dizer, nós vamos estabelecer um tempo aqui para as pessoas falarem para não virar confusão. E também peço a todos que não desrespeitem ninguém aqui, porque nós estamos aqui numa audiência pública democrática. Nós estamos aqui para procurar um caminho para que os autistas tenham atendimento. Era isso que eu tinha para falar, então eu vou primeiramente passar a palavra para a Marcela, que é a representante das mães dos autistas. Marcela, pode fazer sua apresentação e as suas colocações por gentileza.

Marcela: Boa noite a todos, antes de começar, eu queria falar em nome de algumas mães, porque, esclarecer que a gente está sofrendo muita acusação, muito comentário de que a gente não sabe nem pelo que a gente está lutando, entendeu? Então eu queria deixar bem claro para todo mundo que ninguém melhor do que nós, mães, que vivenciamos o autismo no dia a dia na nossa casa, sabemos os direitos dos filhos da gente. E se a gente está aqui hoje, é porque a gente tem argumentos, fundamentos para estar sentada aqui representando todo mundo, porque o que acontece? A gente está sendo chamada de opressora, de louca, que a gente está militando contra a gestão, isso não é verdade. Na verdade, a gente está lutando pelos direitos dos nossos filhos e o que acontece? A única forma de a gente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24

Folha Nº 25

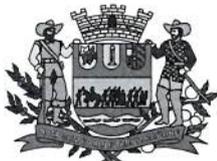
conseguir ser ouvida foi usando a voz da gente, porque hoje mesmo aqui cadê a Secretaria de Saúde para dar respostas? É o descaso, a omissão que eles têm feito na questão do autismo aqui na cidade, entendeu? E outra coisa, a gente chegou longe, a nossa voz foi ouvida. A denúncia foi acatada pela promotora, depois eu vou expor aqui. Ela abriu o inquérito de investigação, já deve ter sido oficiado o gabinete do prefeito, a Secretaria de Saúde para prestar os devidos esclarecimentos. Então assim, eu ia falar mais sobre a parte da saúde, porém já mostra o descaso e a falta de respeito com o assunto. Então, quer dizer, a gente não está aqui à toa. Então, vamos ver onde eu vou começar aqui. Na audiência pública do ano passado, no dia 6 do 10 de 2023, foi anunciado pela Secretária de Saúde, que fez toda uma propaganda aqui dizendo que as crianças seriam atendidas no CAPSIJ, correto? Com todos os profissionais especializados, a equipe multidisciplinar, com plano terapêutico individualizado, porém, passaram-se seis meses, esses atendimentos não existem no CAPS, tem as mães ali que provavelmente depois vão falar sobre isso. E assim, foi um contrato no valor de quase 6 milhões de reais, entendeu? É muito dinheiro. Não tem os profissionais, o CAPS está atendendo lá com dois psiquiatras, entendeu? Sem especialização. Uma terapeuta ocupacional, uma artesã e uma psicóloga. Tem mães que vão relatar aqui que o médico psiquiatra que está atendendo lá, ele quis desqualificar o laudo da Unicamp que o filho dela tem por uma equipe da Unicamp que fez residência médica. Então, na verdade, é assim, é muito grave o que está acontecendo dentro do CAPSIJ, porque quem não vive a nossa realidade no dia a dia acha que está tudo bem, que a gente está brigando por nada, por nada. E assim, com base em todas as provas que a gente conseguiu, os depoimentos que a gente apresentou até a promotora, ela abriu esse inquérito, porque não há esses profissionais lá dentro. E outra questão, tem um contrato, tem uma equipe que tinha que monitorar esses atendimentos que estão acontecendo dentro lá, cadê essa equipe, você tem várias irregularidades, várias fraudes. Entendeu? Por que ninguém está fazendo nada em relação a isso? A gente está batendo na mesma tecla à toa, a gente está falando que não tem, porque a gente só quer falar que não tem o atendimento. Algum vereador foi lá no CAPSIJ, pediu alguma documentação, acompanhou os atendimentos lá? Infelizmente, é a realidade que a gente tem as mães vão expor situações dos filhos pequenos, autistas, estarem sentados esperando o atendimento e se depararem com internos da Fundação Casa, algemados, com agentes carcerários, entendeu? É uma situação muito frustrante, porque a criança ela vê um bandido com algema ela associa ao quê? A um ladrão, eles não tenham o atendimento. Então, o CAPSIJ não está atendendo os autistas, o CAPSIJ não está oferecendo o tratamento que a Secretária de Saúde se comprometeu, há um contrato que devia ser averiguado por várias irregularidades. E me deixa ver mais aqui, outra coisa que eu queria falar, a Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Serviços que é prestado pela OSC Avante Social, é composta por um dos membros, Amanda Bellini, uma amiga pessoal da Secretária de Saúde, entendeu? No contrato, eu não sou advogada, eu sou leiga, mas eu pude observar, sim, que durante três meses esses serviços já tinham que ter sido implantados dentro do CAPS, porque se não há uma multa, pode haver uma quebra de contrato, e por que nada está sendo feito? Porque está tudo acontecendo como



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

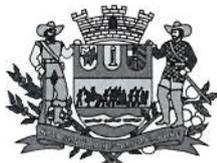
se fosse uma maravilha. E eu consegui, eu não, nós conseguimos o presidente do Conselho Municipal de Saúde, ele chamou a gente para uma reunião lá e eles fizeram uma fiscalização no CAPS, deixa eu ver aqui, no CAPS2 e nos dois CAPS, só não fizeram no CAPSIJ. E esse documento aqui, eles pegaram muitas irregularidades, provavelmente notificaram a Secretaria de Saúde, uma delas, após 80 dias de administração, iniciado em 10 de novembro de 2023, a contratada Avante Social ainda não implantou o serviço contratado, a equipe se encontra desfalcada, não há terapeuta ocupacional, nem recepcionista própria, no momento da visita também não havia enfermeira, a coordenadora afirma que a enfermeira já foi contratada e que vai assumir na próxima semana. O serviço está sem identificação na entrada, a coordenadora disse estar aguardando a prefeitura a verificar as medidas da placa, o alvará de funcionamento afixado na recepção ainda está no nome da APAE, a coordenadora foi orientada a pedir substituição do alvará. O médico psiquiatra, entrevistado pela comissão, manifesta preocupação com o local, pois afirma que não há salas para todos e também que hoje vê a necessidade de recepcionista, uma vez que a recepção fica sem ninguém boa parte do tempo, o que dificulta agendamentos e o próprio acolhimento na chegada. Muitas vezes, assistente social afirma que vai até a recepção para poder atender o telefone. Acaba atrapalhando o tempo das consultas durante a visita, havendo prontuários no chão da sala do médico. Não foi realizado nenhum matriciamento, planejamentos de atividades entre CAPS e UBS. A escala de trabalho apresentada é de dezembro de 2023 e já teve alterações. Há ociosidade dos pacientes intensivos. A artesã afirma que não havia nenhum planejamento de atividades. Bom, enfim, a Comissão verificou também a falta de manutenção predial, mato alto, infiltração próximo à sala de enfermagem e próximo ao banheiro externo. Outra questão, a Comissão verificou que há inexistência de oferecimento de qualquer refeição ou lanche para pacientes que frequentam CAPS apenas no período da tarde. Sejam eles intensivos todos os dias da semana ou sem intensivos. Enfim, só isso daqui mostra o quanto de irregularidade tem no contrato com a avante social. E por que essa empresa não é penalizada, essa empresa está sendo solicitada para terceirizar praticamente todos os serviços da parte da saúde da cidade. Entendeu isso aqui? É um documento. Eu não tirei, não fui eu que fiscalizei, foi o Conselho Municipal de Saúde. Então assim, eu gostaria de saber, porque eu não entendo quem poderia fiscalizar, quem pode cobrar a secretária de saúde, porque ela não está aqui para responder isso. E a gente vai embora com um monte de dúvidas, porque é um descaso e um desrespeito o que ela fez aqui com a gente. Só que toda essa documentação já está com a promotora, ela já analisou. Enfim, isso mostra que a gente não está lutando por nada, a gente está lutando sim porque a gente tem um motivo. No CAPSIJ, eles estão oferecendo atendimento para as mães, para as crianças do caso, de 30 a 40 minutos por semana. Autista se trata com 5, 10 horas semanais, entendeu? Com profissionais capacitados, com terapia aba e não há nada desse tipo de atendimento dentro do CAPS e J. Infelizmente, então a conclusão, as crianças estão sem atendimentos, nada mudou depois daquele monte de promessa da audiência. Na verdade, piorou, porque tinha algumas crianças que eram atendidas no CEM, mesmo os profissionais do CEM não sendo especializadas, elas sabiam acolher as crianças,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

as mães, elas sabiam lidar com as crianças. Por que o prefeito de vez contratar uma OSC, um serviço terceirizado, ele não capacitou esses profissionais que já são concursados, que já são do município, elas podiam estar multiplicando outros profissionais e a gente não estava enfrentando essa situação que a gente está aqui hoje. Pedindo, suplicando e ninguém dá ouvidos, entendeu? Quanto mais é demorado a intervenção, menos chances essa criança tem de ter uma qualidade de vida melhor. Então assim, a gente pede socorro e espera que alguém faça. Agora como? 25 de janeiro de 2024, é recente. E eles me falaram lá que eles já foram no CAPSJ, porém não conseguiram ainda fiscalização, porque não tinha nenhum representante lá, uma coordenadora que pudesse passar as informações e as documentações que eles precisavam. Então isso aqui é recente, tem um monte de irregularidade, um monte de fraude. Na outra audiência pública, o próprio Alexandre pronunciou aqui que já tinha uma infração, ele queria saber que tipo de infração a Avante tinha cometido e assim, continua do mesmo jeito. A gente só queria entender o porquê, que ninguém para isso, porque a gente está ficando sem atendimento e dinheiro público jogado fora. E o tempo está passando e os nossos filhos ali, esperando para nada, para nada, entendeu? E uma outra coisa, eu espero que agora, que a denúncia está com a promotora, provavelmente para a promotora ela vai ter que prestar esclarecimentos né, ela foge da gente, ela omite informações, ela mente com informações, porque quem não acompanha a nossa luta no dia a dia, a sociedade, da forma que eles postam as informações, que eles divulgam as informações nos canais deles, oficiais, está tudo lindo. As crianças estão indo para a escola porque tem professor, as crianças têm atendimento com equipe multidisciplinar e não existe isso, não existe. Então a gente precisa o quê? Que a população se conscientize que tudo isso é mentira, no entanto que a nossa denúncia foi acatada pela promotora. Agora eu quero assim saber da parte, dos vereadores se podem fiscalizar, se podem ir lá, o que pode ser feito para que mude essa situação, que ofereçam outro serviço. porque se a gente entra com uma liminar de pedido individual, o juiz vai negar porque a prefeitura vai apresentar o belo chamamento público, o belo contrato que eles fizeram com a empresa e o juiz não tem o entendimento porque não está investigando, ele vai negar os atendimentos, tem uma mãe que ganhou aqui, a prefeitura recorreu e alega que a criança dela é atendida no caps, em São Paulo, perdeu em segunda instância, porque eles não sabem na situação real que está aqui no município. E outra questão, no ano passado a secretária assinou um documento falando que tinha 329 crianças na fila de espera por uma avaliação com um neuropediatra, inclusive foi um requerimento que o Magalhães fez, em resposta ao requerimento ela disse isso. Então praticamente já se passou seis meses desse documento, eu queria perguntar para ela, essa fila andou? Provavelmente não, porque não tem o neuropediatra na cidade, as crianças não foram avaliadas e provavelmente essa fila pode ser que tenha dobrado de tamanho. Então está tudo parado, tudo parado, não há neuropediatra, não há o atendimento aba que foi especificado do contrato no processo de chamamento, entendeu? Não tem. Então a gente pede, encarecidamente, que olhem para essa causa e alguém tente intervir com o poder que vocês têm aqui de fiscalizar, de pedir documentação, apesar que o Magalhães chamou, ela nem veio, da outra vez ela já



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

não veio, comparecer aqui para prestar esclarecimentos. Então assim, da minha parte, é isso que eu teria para falar e pedir para a população, em vez de criticar a gente, de dizer que a gente é louca, barraqueira, agressiva, opressora, a gente precisou gritar porque senão a gente não tinha conseguido nem que essa denúncia tivesse chegado ao Ministério Público. E aqui ó, eu tenho uma prova de que o que eu estou falando é verdade, essa aqui é a escala de folga da Avante Social do CAPSIJ. Os profissionais que estão listados aqui, coordenação, dois médicos psiquiatras, duas enfermeiras, uma psicóloga, uma artesã, uma assistente social e um motorista. E o motorista não sei nem por que está lá, porque já cortaram atendimento das crianças né do transporte, não tem. Então enfim, não há nada do que foi prometido, continuamos na mesma situação e creio que agora com um pouco mais de gravidade, porque tiraram as crianças do CEM. Lá pelo menos elas eram acolhidas pelas profissionais, entendeu?

Vereadora Joelma: Pela ordem presidente.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Marcela. Marcela. Só um minutinho. Você quer fazer pergunta para a nossa secretária da Assistência Social ou para a nossa representante da Secretaria da Educação ou para alguém gostaria de fazer alguma pergunta?

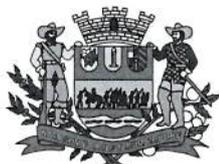
Marcela: É, na verdade, os meus questionamentos mesmo eram para a parte da Secretaria de Saúde, entendeu? A gente até imaginava que ela não viria, mas imaginássemos que ela mandaria pelo menos um representante para não ficar essa situação aqui, esse monte de pontos de interrogação, porque assim, a gente quer saber, ela prometeu um serviço que não está sendo prestado e agora, o que que a gente faz? Cadê o serviço? Por que ela não está aqui para prestar esclarecimento, entendeu? Ainda ela oficiou, a Joelma, o ano passado, também chamou ela, acho que no começo do ano, Joelma, para prestar esclarecimentos aqui, ela mandou um ofício com atestado médico dizendo que estava doente, porque foi muito hostilizada pelas mães, que a gente maltratou ela na audiência pública, maltratada somos nós, entendeu? Nós estamos doentes de lutar por um sistema que não funciona. E isso que ela fez hoje, mais uma vez aqui, prova falta de respeito dela com o assunto, entendeu? Então a gente precisa que tome providência. Você como vereador que pediu para ela estar presente aqui hoje. Qual a forma? Ela tem uma punição por não ter vindo ou não? Nada acontece?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ela apresentou um atestado médico.

Marcela: A secretária de saúde?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: É.

Marcela: Mas ela não poderia ter enviado um representante ou não era...?



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Poderia, poderia, mas não o fez.

Marcela: Ah, ela apresentou outra testada do médico hoje?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: É.

Marcela: É uma coisa difícil para ela conseguir, né? Bom, mas enfim... Bom, desculpa mais.

Vereadora Joelma: Aproveitar o ensejo, viu Magalhães pela ordem, desculpa, mas...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Eu só... Eu gostaria... Eu só... Viu Joelma, eu me comprometi com elas que eu ia deixar as mães falar

Vereadora Joelma: É pertinente, viu Magalhães... É, para os andamentos...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Eu vou passar a palavra para Elizangela Donizete...

Vereadora Joelma: Só um segundo, Magalhães, por gentileza...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: E aí eu passo para você.

Vereadora Joelma: Por gentileza para ajudar os trabalhos da casa.

Marcela: Para a gente não perder o raciocínio.

Vereadora Joelma: Só para não perder o raciocínio da senhora Marcela, eu gosto... Então, diante a importância e relevância da audiência pública, o fato de todos estarem aqui buscando informações e tentarem construir política pública, por com base na audiência convocada por vossa senhoria, eu entendo que deveríamos constar todas as perguntas em atas, encaminhar ao senhor prefeito para responder juntamente com os responsáveis pelo município.

Marcela: Sim.

Vereadora Joelma: A secretária de saúde, porque ela pode hoje colocar um atestado, amanhã ela vai colocar outro atestado e vai colocar outro atestado. Ela não pode se furtar a responsabilidade que ela tem nessa casa com as pessoas daqui, com a sociedade de Mogi Mirim. Não é a primeira vez que ela se furta dessa irresponsabilidade. Ok? Ela tem atestado? Se for por ordem judicial e se todos os vereadores aqui também colocarem, a gente convoca ela para vir para essa tribuna e falar aqui. Porque esse tipo de ação não é responsável. Então o que eu sugiro, presidente, só para a continuidade do trabalho, de uma forma respeitosa, é que todos os questionamentos que se façam nesta noite sejam registrados em ata, seja oficiado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o prefeito para respondê-lo, assim como secretária de saúde, e aqueles que foram necessários a resposta, porque a gente sabe que também muitas vezes a representante do CEMAE não vai ter todo o poder e todas as informações pertinentes. Por quê? Porque nós precisamos construir e caminhar com isso. Não dá para ser furtivo, não dá para ser melindroso, numa ação que não é política, numa ação que é social mesmo, que as mães estão na casa, as crianças estão na casa, as entidades estão na casa, e pessoas querem respostas. É só isso que eu peço a gentileza de acontecer nesta noite. Muito obrigado.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Só lembrar.

Vereadora Joelma: E se for um caso, só uma parte, também levar todas essas respostas para o Ministério Público, fomentando ao inquérito em andamento. Muito obrigada.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Tudo que está acontecendo aqui nesta noite está sendo filmado e está sendo registrado. E qualquer pessoa que quiser é só acessar o YouTube vai ter lá toda a filmagem dessa sessão de hoje, aqui essa audiência pública. Agora eu quero passar a palavra para a Elizângela Donizete, que também é uma das representantes das mães que estão aqui hoje. Pode falar, Elizângela.

Vereadora Joelma: Pela ordem, presidente, foi deferido constar em atas os questionamentos dessa noite ou a gente pode fazer a gravação particular? Então, por gentileza.

Vereador Magalhães: Sim, ok. Hoje nós queremos ouvir as pessoas que querem falar e querem perguntar. Esse fato de a secretária não comparecer e não mandar o seu representante, nós já estamos sabendo disso já, estamos calejados, nós sabemos que ela nem tem pisado quase aqui em Mogi Mirim, ela é uma secretária fantoche. Então vamos dar prosseguimento para que nós possamos chegar aqui em algum denominador e que nós tenhamos algum resultado para seguir um caminho aonde a gente consiga êxitos nessa nossa luta. Pode falar, Elisandra, por gentileza.

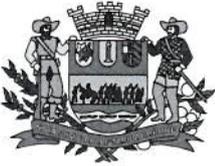
Elizangela: Boa noite, senhoras e senhores, senhores vereadores, o público aqui presente, quem acompanha de casa. Eu vou me apresentar, meu nome é Elisangela, eu tenho 40 anos, nascida e criada em Mogi Mirim, sou mãe de três filhos, Adrielle, a Bruna e o Nicolas, esse autista nível de suporte 1 de 13 anos. Eu sou também pedagoga, manicure e sou tutora num curso de educação especial inclusiva, promovido por uma escola. Eu gostaria de iniciar dizendo que faço parte do grupo Mães de Autista sem apoio de Mogi Mirim e começar esclarecendo que o nosso grupo não tem partido político ou político de estimação. O que temos é uma causa para lutarmos. E qual é? A nossa causa é fazer valer o direito dos nossos filhos. Direito não só dos neuro atípicos, mas também dos neuro típicos. Pois como venho dizendo, a garantia do meu filho que é autista garante também o direito daquela



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

criança que não é autista. Porque a falta de um professor de apoio, de uma estrutura decente da aprendizagem para o meu filho dificulta a aprendizagem do outro, que não tenha nenhum transtorno, nenhuma dificuldade. E o que, por que que isso acontece? Porque a partir do momento que um professor de uma sala regular, dentro de uma sala lotada, ele tem um aluno com uma necessidade especial de aprendizagem. E ele não tem um professor de apoio para dar suporte, ao ter que se desdobrar para dar conta do conteúdo, da aprendizagem daquele aluno que não tem nenhum transtorno e aquele que tem, todos saem perdendo. Porque não é oferecido qualidade de ensino nem para aquele neuro típico, muito menos para o neuro atípico, né. Então, a nossa luta é por todas as... na questão da educação, na questão da saúde também, na questão como um aluno, é por todos, por todas as crianças, por todos os autistas, por todos os cidadãos de Mogi Mirim. Nós estamos lutando também pelo direito dos professores. Professores esses que muitas vezes não vêm se manifestar, não vêm falar da realidade que vive dentro da sala de aula, por... Como nós podemos dizer como se fosse uma lei da mordança? Eu já fui professora no município, não nessa gestão. Mas sim, víamos muitas coisas erradas e não podíamos falar do que estávamos vendo. Só que na ministração durante a aula, que eu sou tutora, nós temos professores lá que resolveram desembolsar por conta própria o valor do curso de capacitação. Para saber, pelo menos, o mínimo, o mínimo, o mínimo para poder dar suporte para os alunos de inclusão que estão sendo incluídos cada vez mais na rede de educação do município. E o que nós ouvimos lá para nós é devastador. Das condições que elas são obrigadas a ministrar as aulas, a receber as crianças, seja na CEMPIS, seja no fundamental 1, seja no fundamental 2. Às vezes, uma sala que tem mais de 1, 2, 3 autistas ou uma criança com outro transtorno de aprendizagem, e ela tem que dar conta. Numa sala superlotada, sem estrutura, muitas vezes sem o material adequado, ela tem que dar conta. Olha a falta que faz esse professor de apoio. Então, quando nós lutamos pelo professor de apoio para os nossos filhos, nós estamos lutando também pelo direito das outras crianças de ter uma qualidade de ensino né. E a qualidade também de, como eu poderia dizer, de trabalho, de serviço, de prestação de serviço desse professor, que está sendo colocado, muitas vezes, numa sala superlotada, sem nenhum curso de capacitação. Porque começou a ser ministrada agora. E eu vou levantar isso aqui, porque o Magalhães, eu não sabia que ele tinha uma lei lá de 10 de julho que falava sobre a capacitação dos profissionais na educação. E ele queria saber, na última sessão, que veio, compareceu a Secretaria de Educação, o porquê que não estava sendo aplicada essa lei. Aí, na segunda-feira anterior, teve um curso para primeiro, para os auxiliares, com a Renata, que ministrou esse curso. Gente, o tema é complexo. É lógico que oito horas é melhor do que nada. Mas o tema é complexo, para ser só oito horas, para ser uma mini capacitação, né. E aí, eu queria dizer a todos que nós estamos lutando aqui para que a lei seja respeitada e que lei? Porque talvez a sociedade não tenha conhecimento de que há leis. Nós estamos lutando para que seja garantido o direito que já é garantido por lei. A partir de agora, no Estado de São Paulo, as pessoas com o transtorno do espectro autista, TEA, incluídas nas classes comuns do ensino regular, têm direito a um acompanhante especializado. É o que determina a lei 17.798, sancionada pelo governador Tarcísio



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de Freitas e publicada no Diário Oficial, no dia 9 de outubro de 2023. E aí, eu venho colocar aqui, porque nós somos questionados, nós temos sido atacadas. É só você entrar nas redes sociais, pagina do dedo duro, qualquer publicação que nós venhamos fazer sobre o tema, nós somos atacadas. Bloqueadas, atacadas, nós somos tachadas de que nem a Marcela falou, de opressoras, de loucas, de barraqueiras e tudo mais. Principalmente quando nós aceitamos a ajuda, ou nós aceitamos a contribuição que vem dos vereadores dessa casa. Aí falam que nós nos vendemos para a política suja, falam que nós estamos nos vendendo, que nós temos, é por isso que vem o tema que nós temos político de estimação. Mas me deixa esclarecer para a sociedade que talvez não saiba. Qual é a função do vereador? O vereador é um agente político eleito pela população de uma cidade para representá-lo no poder legislativo municipal. Dentre as suas funções está de legislar. No entanto, o vereador também tem o poder de fiscalizar o poder executivo, acompanhando as ações políticas e políticas públicas desenvolvidas pelo prefeito e seus secretários. Essa função de fiscalização é muito importante, pois permite que o vereador exerça um controle sobre as atividades do poder executivo, garantindo que a administração pública seja agindo de acordo com as leis e as necessidades da população. E a garantia do direito de nossos filhos também é função do vereador. Por isso que nós aceitamos quem quer que se dispõe a lutar pela nossa causa. Nós estamos sendo atacadas, chamadas de vendidas, a política suja e aos vereadores. E que, se queremos ser ouvidas, basta montarmos uma comissão e irmos até os secretários, o prefeito, porque nós somos muito desorganizadas. E continua né, que nós somos muito desorganizadas. E aí, eu quero esclarecer esse ponto aqui. Segundo um senhor que comentou no Facebook, ele disse que para sermos ouvidas não precisa dar show. Só que quando, na rede social, nós convocamos ele, pedimos, convidamos o mesmo para comparecer nessa audiência pública, porque ele tem o mesmo direito que todos nós que estamos aqui, o mesmo disse que ele não compareceria por recomendações médicas, mas que ele acompanharia a sessão, né, a audiência de casa. Então, a este senhor, e a quem mais se valha dessa opinião, eu quero esclarecer que nós estamos aqui lutando pelo direito de ser cumprido as recomendações médicas, dadas aos nossos filhos, através de laudo que garante educação inclusiva e atendimento especializado. E aí, desde 2012, tem uma lei de número 12.764, que estabelece a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com o transtorno do espectro autista. O autista tem direito a ter um acompanhante especializado nas salas de aula. Então, o que nós estamos cobrando aqui é o seguinte, se você acompanha, se você acompanha lá o que diz a lei, a lei diz que esse acompanhamento diante de laudo tem que ser não só na área da saúde, mas na área da educação, desde o início do ano letivo. E o nosso questionamento que ficou sem resposta, ficou sem resposta, né, Joelma? De porquê da morosidade, da demora na contratação desses profissionais. Sendo que nós estamos vendo lá na convocação, na nomeação, quando foi lá, saiu edital, né, para o concurso, para o processo seletivo, aqui a lei determina que é profissional especializado. Mas lá nós vimos que não foi pedido nenhuma especialização, foi pedido o ensino superior em pedagogia, mas especialização não. E aí eu queria saber, sabe, o porquê dessa morosidade, por que que fica colocando nas páginas oficiais da prefeitura inverdades.



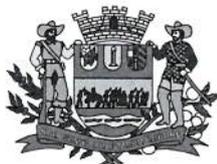
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24

Folha Nº 33

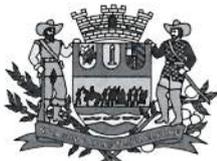
Ficam colocando sobre um atendimento que não está tendo. Nós temos aqui vários relatos de mães que os filhos não estão indo para a escola ainda porque não têm professor de apoio, ou que estão com os horários reduzidos não por recomendações médicas, porque existem sim casos que têm recomendação médica, e nós sabemos, mas estão com horário reduzido porque não tem profissional para atendê-los. E aí nós vemos também o tanto de denúncia que choveu, a sessão foi na segunda, o tanto de denúncia que choveu nas redes sociais, acerca de outras questões, as questões estruturais, a questões da limpeza, questão da merenda. Quando nós viemos aqui para falar do direito, na educação, nós não estamos lutando, porque não é só autista que se alimentam na escola, também não é só o autista que faz uso do banheiro e do prédio público da educação. Então nós estamos aqui com esses questionamentos. Outra coisa que nós queríamos colocar aqui, nós queríamos esclarecer, hoje, nós queríamos esclarecer sobre o Fonte Viva. Se houver algum representante da instituição aqui, eu gostaria de falar em nome, representando todas as mães do grupo, mães de autistas, sem apoio de Mogi mirim, que nós não temos nada, absolutamente nada, contra o Fonte Viva. Muito pelo contrário, nós estamos juntos na mesma causa. E aí o meu questionamento acerca do Fonte Viva e cabe na educação, porque ele está sendo atendido pela pasta da educação, pela secretaria da educação, é o seguinte. Falar para as mães que tem os filhos atendidos no Fonte Viva, que nós não temos nada contra elas, porque eu também fui atendida pelo Fonte Viva. Meu filho também recebeu atendimento pelo Fonte Viva, e eu tenho a dizer que o período que ele passou lá, ele teve um ganho extremo. E aí eu queria esclarecer para a sociedade algo que é muito sério. Quando o meu filho foi avaliado e foi aprovado para frequentar o Fonte Viva, o que eu ouvi da responsável na época que era especialista atendendo lá foi que eu tinha o direito de declinar da vaga, se eu quisesse, que eu não era obrigado a aceitar a vaga que estava me sendo oferecida. Porém, se o meu filho, naquela época, aos 7 anos de idade, com um nível que na época ainda não tinha essa nomenclatura, que era leve, moderado e severo, hoje em dia é nível de suporte 1, 2 e 3. Meu filho né, fosse...eu não aceitasse o atendimento, meu filho que era nível 1 poderia evoluir para o nível 2 a 3, pela falta de atendimento adequado. Olha, quão sério é isso, no desenvolvimento de uma criança. E, mas meu filho só não estava sendo atendido? Estava? Estava sendo atendido pelas profissionais do CEM que tiram o leite de pedra. Porque a estrutura que tem lá, é ridícula para um dizer o mínimo, o material oferecido, tudo lá, o que elas fazem é porque elas gostam mesmo do que elas fazem, elas têm amor à profissão delas, às crianças que elas atendem, à família das crianças, porque eu pelo menos para falar dos profissionais do CEM, eu tenho que defender porque elas fazem um trabalho que, olha, tiram o leite de pedra naquela, lá no CEM. E meu filho estava sendo atendido por lá, porém quando foi me oferecido a vaga no Fonte Viva eles disseram que o atendimento que ele recebia lá não era o adequado, que ele precisava de um atendimento especializado e que se eu não aceitasse o meu filho poderia evoluir para um caso mais grave. Lógico que eu aceitei, meu filho foi, na semana seguinte saiu o laudo do meu filho, porque as pessoas precisam entender que a morosidade também no diagnóstico atrapalha o desenvolvimento da criança. Meu filho começou a ser avaliado aos dois anos e meio. O laudo dele saiu com sete anos de idade, só que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nesse período a gente corre contra o tempo, vai oferecendo o que consegue, diante da situação, mas saiu na semana que ele entrou ao seu laudo dele, TEA, F84, com R463, porque muitas vezes para dificultar o autismo vem com comorbidades. Então, olha o quanto são sérios a avaliação e o diagnóstico precoce para intervenção na vida dessa criança, sejam na qualidade de vida e para a educação. Então, sobre o Fonte Viva, falar para as mães que nós estamos juntos na mesma causa, eu vou falar porque nós estamos juntos na mesma causa. Porque nós temos, por exemplo, a secretária disse que temos na fila de espera, Marcella, 329. Tínhamos, em outubro do ano passado, 329 crianças na fila de espera para a primeira avaliação, na fila de espera. Eu imagino que esse número tenha dobrado. Aí, sabe quantas crianças o Fonte Viva atende? 25 crianças. O ano passado era 24, 25 esse ano por ordem judicial. De 329 que estão na fila de espera. Isso não estou contando nem as que já têm laudo, nem as que já estão laudadas. 25 crianças são atendidas duas vezes por semana, meio período. Isso significa que essas mesmas 25 crianças que estão sendo atendidas pelo Fonte Viva, duas vezes por semana, meio período, frequentam a nossa rede municipal de ensino. E estão sem professor de apoio. Significa que é como se o Fonte Viva também tivesse que retornar toda vez que a criança vai para lá, refazer o atendimento. Por quê? Porque não há uma manutenção com o professor de apoio quando ela vai para a escola. Porque se ela está sendo atendida pela pasta da educação, vocês concordam comigo que o que está sendo trabalhado lá é mais a parte pedagógica dessa criança? Porque se fosse pela pasta da saúde em conjunto, nós teríamos outros profissionais atendendo também. Só que nós estamos lutando para que os filhos dessas mães, essas 25 crianças que estão no Fonte Viva, também tenham atendimento, professor de apoio, uma estrutura de ensino quando elas não estão no Fonte Viva. E a minha questão é, tem previsão de ampliação desse atendimento? Porque é esse número desde 2021. Nós vemos que essa casa tem fornecido as verbas que têm fornecido, só que o atendimento não é ampliado. O que nós queremos "ah vocês são contra o Fonte Viva?" Não. O por que não pode ser ampliado esse atendimento, então, para alcançar? E deixar claro para a sociedade que a Fonte Viva não pode ser a única representante, porque ela representa só 25 dos inúmeros autistas que temos no município. E estão sem atendimento. Menos de 10%. Então eu queria, a questão que eu trago até para que veio a representante da educação, o porquê que não pode ser ampliado esse número, então? Já que a fila, principalmente na área da educação, é enorme. Porque a gente tem falado da construção da sede própria, é isso mesmo, Joelma? Do Fonte Viva, uma construção de uma sede e tal. Isso que eu não estou falando, outra coisa que eu quero deixar claro. Fonte Viva, eu enalteço o trabalho desenvolvido por eles, meu filho foi fruto desse trabalho, porém não é filantropia. Fonte Viva não presta o serviço gratuitamente. A população tem que ter essa noção. É investido dinheiro, tem a parte de dinheiro que a educação, que o município investe, para eles atenderem e eles atendem cerca de 50 a 60 crianças pela Unimed. Então o atendimento não é oferecido gratuitamente. O atendimento tem um custo que o município está arcando. E a minha questão para o município é por que não amplia esse atendimento? Gente, o Fonte Viva tem profissionais especializados. Por que não faz uma parceria, então, com os profissionais do Fonte Viva para estender, para dar um curso de capacitação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

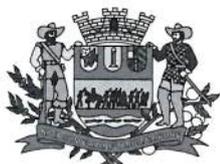
Estado de São Paulo

para os profissionais que estão aí aguardando? As verbas, ou senhores vereadores, porque não entendo. É uma pergunta mesmo, de leiga do assunto. As verbas, impositivas, que fala o nome da verba, não podem ser direcionadas, só podem ser direcionadas à instituição ou não podem ser direcionadas para a contratação dessa capacitação? Sabe, para diminuir essa demora na capacitação dos profissionais,

Vereadora Joelma: É possível, inclusive, a gente fez para a capacitação dos profissionais, isso mesmo.

Elizângela: Então, porque... E outra, nós vemos que a primeira... Muito obrigada. Nós vemos que a primeira ser chamada foram os auxiliares, que depois os professores que participariam desse curso, só que o seu projeto de lei, Magalhães, foi votado e aprovado desde julho do ano passado. Por que só agora? E aí, eu vou levantar outra questão para encerrar e se pudesse dar respostas sobre isso aqui. Quando nós falamos que nas redes sociais é Alice no País das Maravilhas, está tudo lindo, maravilhoso, só que quem sabe da realidade é só quem precisa usufruir do serviço prestado. Quem sabe somos nós que vamos lá, precisamos utilizar desse serviço. Na área da educação, eu vou ler porque saiu no dia 18 de dezembro, no Mogi Jornal Online. Secretaria de Educação recebe prêmio de primeiro lugar com projeto de inclusão. Eu vou ler a matéria, meninas. Ouçam aí. A Prefeitura de Mogi Mirim, por meio da equipe técnica da Secretaria de Educação, participou da terceira convenção de redes municipais dos parceiros da educação. O evento aconteceu na última semana, entre os dias 11 e 13 de dezembro, em São Paulo, dando continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo destes três anos de parceria. Com foco no planejamento estratégico de ações para otimizar o trabalho nas escolas municipais de Mogi Mirim. Durante a convenção, a equipe teve a honra de receber a premiação de primeiro lugar no prêmio gestão professora Cleide Bal, Balwabi Eid Boshishio. Na categoria rede com equidade entre alunos e escolas. Com o projeto de formação de professores e gestores na área de educação inclusiva, que apresentou todas as ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação, sob a orientação da professora Ana Lúcia Bueno Peruchi. O projeto tem como enfoque a preparação de todos os envolvidos no processo educacional para compreender as peculiaridades e propostas de estratégia para o trabalho com alunos laudados, principalmente os com TEA Transtorno do Espectro Autista. A premiação vem reconhecer o trabalho de toda a rede municipal de ensino nas práticas inclusivas. As informações são da assessoria de comunicação. Meninas, que nós nos controlemos, só levanta a mão, por favor, quando já tem a fama das barraqueiras. Quantas mães tiveram acesso ficaram sabendo dessa informação, desse projeto na escola ou na CEMPI que seu filho frequenta? Ninguém.

Alessandra: Edna, desculpa, gosto muito de você, mas venhamos e convenhamos. O curso é uma bela de uma porcaria. Foi feito, ganhou o prêmio, não sei do que, devia ser em prêmio de porcaria, porque eu estava lá, desses três anos que falam que o parceiro da educação estava, eu fiquei dois. O curso que eles davam era a Edna e a outra eu esqueci o nome, então fico nervosa, eu esqueci tudo. Só que aí



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

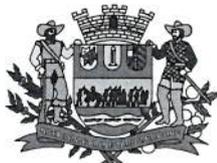
Estado de São Paulo

chegava lá e falava assim, vocês têm que ficar com a criança dentro da sala, a criança vai ficar, vai entrar em crise, ela vai entrar em crise. Como que você vai trabalhar com ela? Eu sei, eu procurei, eu estudei. Agora alguém aqui, algum professor que estava lá sabia não, não sabia como lidar. Eu o ponho lá e aí, o que eu faço? Eu vou conter, vou chamar a mãe, toda vez, como faziam comigo? Antes, eu era chamada. Meu filho sempre, hoje não, graças a Deus, mas meu filho sempre teve problema intestinal, quantas vezes me chamaram, porque ele fez xixi e cocô na calça, que não tinha quem trocava. Quantas vezes eu fui chamada? Pelo absurdo, que ele lá, toda a escola ficava vendo, que o que estava acontecendo, todo mundo sabendo. Aquele constrangimento. Agora, contrataram o monitor, monitor, que vai começar agora o dia 1º de abril, aí eles estão falando, contratamos, não sei quantos profissionais, que maravilha, né, para a população que não sabe de nada, porque nós que vivemos isso, sabemos que é mentira. Os monitores, o mínimo requisito necessário é o ensino médio. Existem professores lá dentro? Existem. Mas é requisito? Não. Mais de 80%, 90%, não sei dizer o número, mas eles não têm faculdade, não tem nada. Não estou dizendo que eu sou mais, porque eu tenho uma faculdade, não. Mas ele não tem, não sabe como lidar com a criança, dentro da sala de aula, onde estão falando que vai colocar ele, porque os professores de apoio que foram convocados são os monitores. E aí, isso, a lei pode? Não. A lei diz que a gente tem que ter qualificação. A qualificação seria fornecer para os... Verba vem, né? Porque que não contrata, ao invés de contratar parceiros aí da educação, não contrata uma equipe que saiba, que ensine você na prática como lidar lá. A criança, como conter uma criança, dá um curso de PCM, dá um curso de ABA para os professores, chama uma equipe, agora fica dando aquela coisa de HTPC que vai me desculpe, mas eles não são qualificados para isso. Vai adiantar? Não. Vai continuar do mesmo jeito. Até quando vai ficar assim? Até quando? Gente, a gente tem que abrir os olhos, a gente tem que cobrar. E vocês aqui da casa, por favor, vamos cobrar, você existe um projeto de lei, né, Magalhães? Acho que não foi ainda aprovado pela sessão da câmara? Por que você não colocou ele em aprovação até hoje? Você tem dois filhos, não é ele? Mas por que tão segurando? O que tão ganhando com isso?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: A Comissão de Justiça e Redação que é presidida pelo vereador João Vitor e... João Vitor, você tá presente, você poderia dar explicação para elas, porque que um... Os projetos que ajudaria os autistas e muito não veio ao plenário ainda para votação. Por gentileza, já que o senhor está presente, dê uma devolutiva para elas.

Alessandra: Dá uma explicação para mim, João Vitor. Te conheço de pequenininho, você não deve estar me lembrando, mas você estudou com a minha filha. Bruna, você estudou no Anglo, não foi? Não? Então não é você, não. Então desculpa. Mas te conheço.

Vereador João Vitor: Mas tudo bem, você conhece, tudo bem. Olha, como a senhora chama?



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Alessandra: Bruna Sobreiro a minha filha, você tá falando?

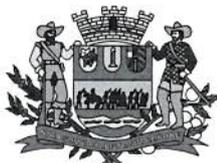
Vereador João Vitor: Não, você

Alessandra: Eu, a Alessandra. Posso falar mais?

Vereador João Vitor: Olha, dona Alessandra. Todos os projetos seguem o rito de trâmite processual interno, espero que ele possa vir a plenário o mais rápido possível. Aliás, todas vocês devem saber que foram, como disse o vereador Magalhães, aprovados incontáveis leis em favor da causa do transtorno espectro autista nesses últimos anos. Agora o meu ponto aqui e eu provoço essa reflexão a vocês. Da mesma forma que o vereador nos trouxe essa pauta extremamente importante, não é por falta de projeto de leis que têm atendimento ou não para causa dos autistas. Querer colocar uma expectativa demasiada em cima da aplicação de uma lei da qual não será o legislativo o seu executor eu acho um tanto quanto complexo. Mas o início tem acontecido ao longo de três anos essa mobilização de vocês.

Alessandra: Porque se eu tenho esse projeto aprovado, tem como se cobrar da prefeitura.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Deixa só dar uma explicação aqui. João Vitor, eu queria dizer o seguinte. Pegando o regimento interno da Câmara, aliás, eu vou aproveitar aqui para falar uma coisa aqui bem séria. Se a gente se compromete com alguma coisa, se eu quero colocar o meu nome para representar alguma coisa, eu tenho que entender que eu tenho que arcar com as consequências. Eu tenho que dar o melhor meu e cumprir com aquilo que eu estou me comprometendo. Então, João Vitor, os prazos regimentais já estão todos estourados, exauriu já. O prazo regimental não só para esse projeto, mas para um monte de outro projeto. Eu aconselho que o senhor converse com o pessoal das comissões e faça um mutirão para dar parecer para todos esses projetos mais rápido possível, porque não é possível. Tem projeto aqui que vai fazer um ano que está na casa para vir a plenário para ser votado e não vem. Agora, eu sinto que estão segurando esses projetos. Quer ver um exemplo? O projeto de meio ambiente, está tudo travado. Agora, quando chega os projetos do prefeito aqui para aprovar 50 milhões de financiamento, é aprovado a toque de caixa. Os senhores dão parecer emergencial né em caráter de urgência. Então não venha para mim com essa história, porque se eu me comprometer em ser presidente da Comissão de Justiça e Redação, finanças e orçamento, eu vou dar meus pulos, eu vou me virar, eu vou contratar um assessor competente, vou chamar os outros membros da equipe da Comissão. Vamos, pessoal, vamos fazer um parecer desses projetos, todos que estão aqui para serem votados. Nós temos prazos regimentais a ser cumpridos e não ficar com eles engavetados. Teve um dia aqui, Sr. Presidente da Comissão de Justiça e Redação, e vereador João Vítor, que vieram perguntar aonde que os projetos estavam. Tinha a presidência da casa naquela época eu não sabia onde os projetos estavam, com que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

comissão que estavam. E isso é uma questão de diário, é uma questão de diário, de agendamento, é uma reclamação recorrente de quase todos os vereadores que os seus projetos não andam nessa casa. Então isso é uma coisa importante, o senhor me desculpe. Mas, se um dia, não vão me chamar pra ser presidente de comissão, porque é uma coisa que eu nunca fui e deixo de ser a hora que eu quiser base de governo, se o governo não está atendendo, não está correspondendo, eu tenho mais é que cair fora da base mesmo. É uma situação aqui que a colega estava colocando ali, que é muito importante, tá. Eu tenho andado pelas escolas né, e ela falou sobre o treinamento. Eu ouvi com palavras garrafais que o treinamento só seria dado para aqueles professores que quisessem fazer o treinamento. A fonte de informação...

Alessandra: É que, com licença, é que o treinamento a gente faz o HTPC, é feito em HTPC e a gente só faz, se quiser. A gente ganha por esse dia, se você não quer, você não vai. O treinamento não é treinamento, porque eu não sou obrigada a cumprir a fazer.

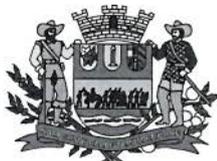
Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Mas foram vários professores e vários professores e funcionários das escolas que vieram até a minha pessoa e falaram assim, Magalhães, eu não sei como lidar com a criança, a hora que ela fica daquele jeito nervosa. Então eu penso assim. A, outra situação também, a merendeira, todo mundo sabe, hoje já está se tornando muito difundido, muito debatido sobre esse assunto, que a criança que tem autismo, ela tem dificuldade com determinados alimentos. Então não fizeram treinamento para as merendeiras, colocar o alimento dentro do liquidificador, bater e servir para a criança, coisa simples de se fazer, aí a criança não come, o tempo todo que ela está na escola, ela não se alimenta. Então tudo isso é uma questão de planejamento. Não existe planejamento hoje na atual administração, na Secretaria de Educação, nesse sentido. Eu pediria que a colega seja um pouco breve, porque a gente quer dar a palavra para outras pessoas que estão aqui também nesse dia.

Alessandra: Não, sim, mas eu peço, só para finalizar para o nosso, como que ele chama mesmo, até o nome eu esqueci, João Vitor, que ele honre com o seu cargo e bote aí para ser votado. Vamos, João Vitor, faça seu trabalho. E eu queria só fazer, a minha colega aqui vai fazer uma pergunta.

Nair: Gente, é só para esclarecer, não sei se a Edna quer responder isso em relação aos monitores, qual o papel do monitor? Você quer responder?

Edna: Oi.

Vereador João Vitor: Antes, só título de mais uma vez, garantir explicação para todas vocês. Ter me colocado nesta situação como foi feito agora, acho que é um tanto quanto contraditório. Espero que vocês que estão aqui vindos na Câmara há mais de três anos já tenham a compreensão de que o problema envolvendo os autistas ou qualquer outra causa pública em Mogi Mirim não será resolvido apenas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com a apresentação de infindáveis projetos de leis que claramente não têm aplicação, sobretudo, advindos do legislativo. Portanto, dentro da comissão, que foram mais de 400 projetos analisados nesses últimos três anos, um recorde na história da Câmara, não é quem tem falhado. Eu em nenhum momento me apresento a vocês ou a qualquer outro assunto querendo dizer que um problema será solucionado com leis milagrosas. Aqueles que fazem isso estão de alguma forma tentando induzi-las a acreditar em coisas que não sairão do papel. Parabéns a vocês pela luta de vocês e é através da mobilização do orçamento que os problemas serão resolvidos, não simplesmente com a colocação de leis no papel. Peço perdão, obrigado, Dona Nair.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Passo a palavra para Nair para ela perguntar para a representante da Secretaria.

Nair: Só para completar sua fala, João. Não são coisas que só foram colocadas no papel. A questão do projeto do Magalhães foi aprovada e não foi feito. Então, não foi só, foi colocado no papel e aprovado. E outra coisa, em relação a toda a problemática da Avante, foi contratado e muito, muito bem pago. E cadê a fiscalização por tantos erros, tantas coisas erradas que nós temos documentos para provar, tanto é que o próprio Ministério Público recebeu. E vocês vão ter que responder por muitas coisas. Ainda bem, né? E outra coisa, eu gostaria de perguntar para Cris, em relação a esse documento que o Alexandre Lima fez, quando teve problema com a Avante... Qual foi a resposta? Porque o Alexandre Cintra questionou por que ela havia sido advertida por falta de não cumprimento no contrato, que é o caso lá da Casa da Alma Mater. Eu gostaria de saber qual foi a resposta e se veio essa resposta. Porque se já é reincidente, a própria Câmara cobrar para que houvesse investigação no contrato com a Avante, por que a Prefeitura persiste em contratar esta empresa?

Cris: O que aconteceu naquele momento foi um apostilamento e ela não entregou na data que a gente solicitou atrasando a prestação de contas. Por isso que a gente advertiu. Foi esse o problema que aconteceu. Assim como vocês, a gente também tem preocupação e é por isso que a gente é mais rígida com eles nos contratos que nós temos. Então, hoje a Secretaria de Assistência conta com cinco contratos junto com a Avante por chamamento público de Casa de Passagem, de Abrigo, de CASA LAR, o CRAN e a gestão da Vila Dignidade. A gente faz o acompanhamento, faz o monitoramento, quase que bimestral, a execução do trabalho. A gente está muito próximo deles e esta advertência aconteceu por um atraso no apostilamento que causou um atraso na prestação de contas. O que a gente tem, e aí seguindo a 3019, como ela não prestou conta pelo atraso no apostilamento, a gente aplicou a advertência. Isso foi respondido sim para o vereador. Foi, a gente respondeu. Respondeu, né? É, ô Dina.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Dina, liga o microfone, fala no microfone por favor.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24

Folha Nº 40

Cris: Ô Dina, eu vejo aonde ficou parado, mas a gente respondeu naquele momento.

Assessora Dina: Não, aí eu pergunto para você, como eu não recebi, você que tem que ver para quem se entregou, quem que assinou lá que recebeu.

Cris: Eu vejo, eu vejo porque pra mim já tinha vindo.

Assessora Dina: Porque eu até gostaria que você informasse para poder relatar aqui no relatório que eu entregue para ele.

Cris: Porque a gente respondeu naquele, na... muito próximo.

Assessora Dina: Não recebemos.

Cris: A gente dá uma olhada amanhã.

Assessora Dina: E todas as respostas que vem da prefeitura, elas são disponibilizadas no CIAV para que todos os vereadores tenham acesso.

Cris: Amanhã mesmo, Dina.

Assessora Dina: Não recebi.

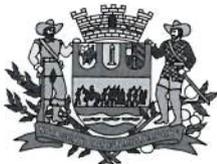
Cris: Porque a gente respondeu muito próximo daquele momento, muito próximo do questionamento do vereador, amanhã eu já te dou uma resposta.

Assessora Dina: Vê com o chefe de gabinete, porque ele geralmente ele recebe do secretário, avaliza e manda para cá. Deve ter parado lá.

Cris: Mas essa... a gente respondeu amanhã, eu verifico... onde parou

Nair: Obrigada Cris, pela resposta, porém ela disse que não recebeu. E eu gostaria de perguntar para você se está tudo correto com todos esses contratos com a Avante, por que que o Conselho Municipal, entendeu, encontrou tantas irregularidades? Se vocês acompanham tão de perto assim.

Cris: É, na verdade eles são... eu tenho uma equipe, eu tenho um setor para o acompanhamento de todos os contratos, que é o meu departamento de parcerias. Porque hoje a assistência contratualiza 80% dos serviços da política de assistência. Então eu tenho um setor específico para isso. A Avante, ela está dentro deste departamento de parcerias e sendo acompanhada e monitorada. Hoje a gente conta com um sistema de prestação de contas que todas as OSC's prestam conta. Todos os documentos... todos os documentos eles sobem para o portal Transparência. A gente é muito próxima das coordenadoras, então a gente é muito próxima da Carol,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Casa de Passagem, da Gabi, da Tassi, da Fernanda. Então a gente faz esse acompanhamento, a gente tem problemas de prestação de contas que a gente pede close, faz a devolução. A gente trata Avante como as outras também. Eu não tenho aí, Nair, se você quiser ir, não só você, como qualquer munícipe, ir na Secretaria, olhar os contratos, olhar o sistema, ver quais os serviços que a gente tem, visitar os serviços, não... está tudo muito aberto. O serviço de abrigo está acontecendo, de casa lar está acontecendo, o CRAM está acontecendo, é o de Casa de Passagem, já há um ano e meio, faz as prestações de conta mensal, na hora que é analisada, se existe algum descumprimento de plano. A gente faz a notificação, a equipe vai a cada dois meses visitar quando a gente recebe denúncia, porque sim, recebemos denúncia, a equipe vai. Edilena, tem alguma coisa que você acha? Não. Ah, é, aí, o que acontece? Os termos da Secretaria de Assistência, que são esses cinco serviços que a gente tem, somos nós que acompanhamos na Secretaria de Assistência. Eu não tenho acesso aos contratos que são executados pela saúde e também não faço o monitoramento dos contratos da saúde. Então quando eu falo para vocês, são desses cinco serviços, do abrigo, da casa lar, da Casa de Passagem, do Cram e da Vila de Dignidade. O que eu posso dizer para você, desses cinco serviços que a gente fez, todos eles foram feitos, chamamento público, o de Casa de Passagem, a gente teve uma concorrência com uma outra instituição que era de Várzea Paulista, as do acolhimento a gente não teve concorrência, a do CRAM e da Vila de Dignidade, nós tivemos concorrência com uma instituição de Santo André. Se eu não me engano. Então o processo todo, ele é lícito, ele é transparente. Convido vocês de verdade a ir, a conhecer os termos, a conhecer os serviços que estão funcionando. Não tenho acesso e não tenho os termos e desconheço os contratos dos CAPS, porque aí são de outra política e aí desconheço também a especificidade de cada um. Quando eu falo para vocês, que a gente acompanha os nossos serviços, eu tenho uma assistente social e uma administrativa, porque quando ela vai no abrigo, ela conhece o serviço de abrigo, então, por exemplo, eu nunca tive problema com como a Marcela apresentou, de quadro de funcionários. Então, sempre tem, existe troca, existe troca, comunicado, comunicado para as meninas da parceria. Então, a psicóloga foi embora, a Maria Psicóloga foi embora, elas já mandam um ofício na contratação da Joana. Então, a gente nunca, a gente não teve o problema que vocês relataram. Tivemos situações sim, como toda implantação, serviço novo, principalmente algumas arestas, algumas abordagens. Mas isso a gente foi construindo juntos, você entendeu, Nair? Então, essas questões que vocês trazem nos termos a gente foi resolvendo. Os problemas foram sendo resolvidos juntos. Só que eu realmente eu não tenho acesso, não tenho acesso, não, eu não acompanho os termos da saúde. E convido vocês, convido a Nair, convido vocês, as meninas a qualquer um aí, ir lá na Secretaria, e a ver como é que funciona o trabalho, como é que funciona a prestação de contas.

Nair: Na verdade, assim, a comissão de fiscalização do Conselho, eles se dirigem mais a atendimentos do SUS, mesmo. Então, assim, eu só fiz uma pergunta.

Cris: Uma outra coisa, Nair, é que a gente tem, são conselhos diferentes, né?



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24

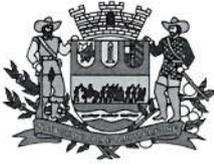
Folha Nº 42

Nair: Sim.

Cris: O Conselho da Saúde vai ter o Conselho e eu tenho os controles.

Nair: Eu fiz essa pergunta, porque assim, há muitas irregularidades, entendeu? Então, é só para fazer um comparativo se lá a empresa está fazendo tudo correto ou se também tem problema, entendeu?

Cris: Todos, por exemplo, as meninas fazem o acompanhamento do gasto, do recurso público. Não sei se cabe, mas eu vou tentar ser didática até para todo mundo saber aquilo que a Prefeitura contrata também, que eu acho que é bacana. Quando a gente faz um contrato com uma OSC, isso é para qualquer uma, com a Fonte Viva, com a APAE, com a Avante, com qualquer uma, a gente contrata um plano de trabalho. E o que eu assino como presidente da OSC é o que tem que ser cumprido. Existem algumas situações que qualquer entidade, aconteceu com a Avante acontece com outras também de ter gastos fora do plano. Então, daquilo que foi previsto, ela gastou uma outra coisa. E aí, quando a gente recebe a nota fiscal do que não está no plano, a gente pede a glose e a devolução. E isso acontece com todas. Pode ser, por exemplo, em momentos que foi que deu atraso e que gerou essa advertência. O município ela faz o subsídio da água para as OSC's, que estão registradas no CMAS. A Avante tinha previsto... A água é isso, né, Edilena? É que é a equipe está ali, por isso que...ela tinha previsto o pagamento de água. Não sei, de mil reais, vamos supor. Não lembro o valor. Como o município subsidia, ela não ia gastar esse recurso os 12 meses daquele valor. Então ela pode fazer o que a gente chama de apostilamento. E dizer para mim, gestora, eu não vou gastar esse X de dinheiro com água, mas eu posso gastar com alimentação? Eu posso gastar com gasolina? E aí a gente consegue fazer essa troca. Então é importante que vocês saibam mais ou menos como é que funcionam os contratos, o plano de trabalho. Quando a gente fala gastou fora do plano, é porque teve algum gasto para o serviço que não estava contratado. E o Danilo também é outro. Sabe que a gente passa isso todos os dias, né, Danilo? Acho que é legal, né, e gosto quando da outra vez você já tinha trazido, mas naquele dia eu não pude ficar até o fim, de a gente discutir as questões dos termos e das contratações, porque como a gente vem fazendo, não só Mogi Mirim, mas vários municípios, a gente tem lançado mão dessa possibilidade de contratualizar serviços a partir da 3019. Eu acho que é uma coisa que a gente tem que se apropriar mesmo. Como é que funciona o chamamento público, porque para uma entidade eu faço o chamamento, para outra eu faço dispensa, o que é o plano de trabalho, porque a gente pega tanto no pé do plano de trabalho, como é que é feita a prestação de contas, eu acho que é uma discussão que o município precisa fazer, porque só na assistência a gente contratualiza 80% dos nossos serviços. A educação contratualiza também com o CCI, com Lar Aninha, a saúde também vem fazendo isso. E às vezes a gente fala, parece meio grego, eu acho que era uma coisa que a gente precisa se apropriar. A secretaria está aberta para todos os



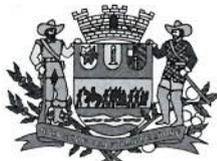
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

planos, para todos os contratos. Os serviços da assistência estão abertos para todo mundo ir e conhecer, enfim.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Nair, eu vou pedir só uma gentileza, que a vereadora Sonia Modena tem que entrar no plantão agora às 8 horas e ela pediu a palavra, então como ela não vai poder estar aqui até mais tarde, aí nós retomamos as perguntas de vocês.

Vereador Sonia Módena: Vereador Magalhães boa noite, boa noite público aqui presente. Eu peço desculpa de ter que interrompê-los, porque eu tenho meu horário no plantão. Gente, eu quero dizer que em partes eu fico feliz, com a ausência de algumas pessoas aqui. Parabênzo, Luiz Dalbo, por estar presente, a Edna, a Cris, de ter vindo encarar e ouvir tudo isso. E a ausência de alguns aqui permitiu que a Lica, que a Marcela, e vocês falassem realmente a real. Porque a última vez que nós tivemos uma audiência aqui, que também era o vereador Magalhães, não foi possível. Eu vi que vocês estavam colocando nariz de palhaço, querendo ir embora, porque vocês não tinham espaço para falar. Então, acho que hoje a gente está com a melhor ata de todas as audiências que a gente teve aqui. O que eu quero dizer para vocês também, que no dia 20 de fevereiro nós tivemos ali na OAB, com o presidente da OAB. Eu não sei se todos sabem, mas aquela reunião ali, ela foi fantástica. Nos permitiu falar com o assistente do promotor de Mogi Mirim, da promotora, promotora do Gaspar e da promotora, da Dra. Paula, e tudo que foi feito pela Rafaela, pela Lica. Teve mais pessoas que ajudaram vocês montar o documento, não teve? Outras mães? Gente, foi acatado. Para eu que sou policial, quero dizer para vocês que é excelente quando uma denúncia é acatada. Então, até o lance da documentação da VAN, que foi colocada aqui sobre a fiscalização, vai ser investigado. Então, isso é um grande passo, uma grande conquista, pros autismo de Mogi Mirim. Agora, outra coisa que é extremamente importante, olha, foi 20 de fevereiro. Hoje é dia 12 de março. Isso tem 22 dias. Foi dito lá, vereador Magalhães, da importância de cada mãe entrar com uma ação individualizada. Quem estava lá lembra disso, porque cada caso é um caso. Cada caso é uma idade, é uma situação, é uma realidade. Foi provado lá que quando justifica que há um atendimento, há um atendimento entre aspa. Porque segura uma criança, uma hora libera, manda a mãe buscar. Então fica irreal que a criança recebeu o atendimento ali, não recebeu. E muitas crianças nem chegaram até esse atendimento. Tem mãe que não está podendo levar o filho na escola. E tudo isso é a grande oportunidade de vocês colocarem no papel agora. Uma outra coisa importante, quando não tinha uma resposta negativa, vereador Magalhães, elas não podiam continuar a ação, elas ficavam amarradas. Então, o poder público não respondia e elas tinham que se limitar. Vocês viram lá nessa reunião que não é mais assim. Deu 20 dias sem resposta, ela é entendida por negativa. E vocês já podem dar andamento. O presidente da OAB ordenou que, na hora que vocês chegarem lá com um protocolo sem resposta, o processo vai seguir. Então façam, façam, mãe, e motivem outras. E falo mais, ele se colocou à disposição, o presidente da OAB, para orientar quem tiver alguma dúvida. Ele falou que podia até fazermos reuniões para poder conversar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sobre esse assunto, caso alguém não consiga dar andamento. Então, mães, estamos com vocês, nós vereadores, estão preocupados com esse caso. Nós conseguimos a OAB a favor de vocês. É o momento do autismo, em Mogi Mirim. Não podemos recuar. Então quem não fez o protocolo ainda ou que não tem a resposta do protocolo, por favor, de forma individualizada, faça dê andamento. E conte com o apoio dessa casa. Parabéns pela atitude de vocês, por essa união, por você estar aqui presente. Parabenizo demais a Marcela e a Lica. A Lica já conhecia a mais tempo. Eu conheço a Lica pelo amor e o carinho que ela tem. Pelas crianças, mesmo antes de ser mãe. Ela ajudou a cuidar até da minha filha. Gente, é o momento de vocês. Contem comigo. Eu tenho certeza que vocês vão conseguir mudar a história agora. Vereador, obrigada. Desculpa de eu ter que sair, porque eu tenho o plantão. Mas conte comigo em tudo que vocês forem fazer aqui. Vereadora Joelma, João Vitor, Doutora Lúcia, Edna, contem comigo. Ok? Obrigada, Lica. Obrigado, viu Marcela. Deus abençoe.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Obrigada, vereadora. Eu só queria pedir uma gentileza que se puderem ser um pouco mais rápidos na pergunta e na resposta, porque tem um monte de gente aí que quer falar. E a gente gostaria de dar voz a todos que estão presentes.

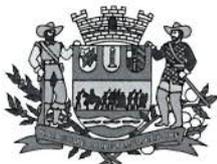
Nair: É só uma colocação para deixar claro em relação aos monitores que estão sendo contratados. Está existindo uma polêmica, entendeu, se esses monitores vão substituir ou não os professores de apoio. Na resolução do SEDUQUE de 21 de junho do ano passado, de 23, dispõe sobre a regulamentação da política de educação especial do Estado de São Paulo e do plano integrado para pessoas com transtorno de espectro autista. Os monitores, eles não poderão ficar dentro da sala de aula, portanto, a parte pedagógica não os compete. Eles vão poder acompanhar os alunos durante a alimentação escolar, durante a higiene pessoal íntima e bucal, incluindo o apoio para a utilização do banheiro no cotidiano escolar e a locomoção nos ambientes escolares e espaços alternativos para as atividades escolares e o autocuidado no cotidiano escolar. São essas as funções dos monitores, portanto, a educação não queira enganar as mães porque nós estamos por dentro da lei. E outro detalhe que foi levantado uma questão por uma mãe essa semana que essa eu vou deixar para vocês refletirem. Eu tenho uma filha de três anos e se um monitor masculino tiver que intervir fazer a higiene íntima da minha filha, eu não vou deixar ele ficar sozinho. Então está aí mais um problema para ser resolvido.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Obrigada, Nair, pelo seu depoimento. Quem estava em primeiro lugar aí?

Tais Cristina Tristão Santos: Eu.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Então, como você se chama?

Tais Cristina Tristão Santos: Tais. Cristina Tristão Santos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24
Folha Nº 45

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Obrigado pela sua presença e pode fazer a sua pergunta.

Tais Cristina Tristão Santos: Obrigada. Eu gostaria de saber o seguinte, a questão dos monitores. Porque assim, hoje para poder lidar com a criança tem que ter no mínimo a pedagogia, antes o magistério, agora a pedagogia. Os monitores, eles não têm nem pedagogia, nem magistério. Qual que foi assim a lógica que vocês usaram para colocar monitores, se eles não têm nem isso, quanto menos capacitação para lidar com autistas, para poder ficar com os autistas? E assim, outra coisa também que eu queria falar, essas capacitações que vocês dão, os professores eles são capacitados a ponto de saber como lidar com uma birra, com uma crise, seletividade alimentar, sono, porque envolve tudo isso. Não é só ir lá e pregar uma palestra simples, montada, fácil, em dois, três dias e está tudo ok. Tem que preparar e os professores, nem os professores estão preparados, quanto mais os monitores. Então, eu queria saber qual que foi a lógica, como que a gente vai deixar as nossas crianças autistas na mão de monitor, que não tem condição nenhuma, conhecimento nenhum, não tem pedagogia, não tem magistério, só tem ensino médio, muito menos capacitação para lidar com autista, porque nem os professores têm, e diz que estão sendo capacitados. Uma simples palestra que teve de algumas horas lá, enfim, não sei, só ouvi falar. Mas eu acho assim que agora, ano de eleição, está parecendo muitos vereadores também preocupados com os autistas, numa luta que a gente não vem tendo de agora. Já tá tendo oh, faz tempo, agora tem bastante gente querendo ajudar. E eu sempre falo para as mães dos grupos, dos cursos que a gente tem. Gente, abre o olho, porque eles vão fazer muitas promessas e depois não vai ter nada para nossas crianças, a gente vai voltar à estaca zero. Então, a gente realmente quer saber quem vai ajudar, quem vai mover essa causa, tem muita coisa errada, tem muita coisa para ser fiscalizada, eu acho que está tudo uma bagunça, e para mim, ainda tudo um mimimi até que se prova o contrário.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ô Diretora Edna Ferreira, representante da Secretaria de Educação, mas ela responde e depois faz a complementação.

Paula Renata: Mas eu vou complementar a pergunta como profissional da área. Boa noite a todos. Eu sou Paula Renata, professora, há 30 anos, trabalhei na Rede Municipal de Ensino durante 10 anos, e desses 10 anos em que eu trabalhei aqui, fui supervisora nessa Rede de Ensino, e o nosso maior problema sempre foram os professores de apoio. A economia que está sendo feita em não contratar professores de apoio e contratar monitores é uma economia porca que está sendo feita, porque o monitor, ele é responsável pelo cuidado perversivo das crianças, que é a alimentação e a higiene. Nem todos os autistas precisam de um monitor, e nós sabemos muito bem quanto educadores, nós temos psicólogos, aqui acho que a Denise foi embora, Denise Copo, que muitos autistas precisam desenvolver a autonomia e, portanto, não precisam deste monitor. A minha pergunta é, onde ficará a parte pedagógica? Quem cuidará dessas crianças em relação ao aprendizado destas crianças? Higiene,



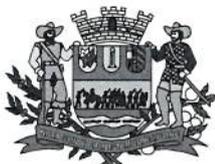
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

alimentação, nem todos precisam, mas o pedagógico, todos precisam. Todas as crianças têm direito a aprender. Isso está na LDB, isso está no ECA, é direito da criança aprender, é direito ao autista, é direito à criança a educação, inclusiva do aluno especial, ter terminalidade de ensino. E como essa criança vai ser inserida lá na frente no mercado de trabalho, como essa criança vai conseguir um emprego, vai terminar um ensino médio, vai entrar no ensino superior, se a parte pedagógica não está sendo atendida. Então a minha pergunta, já que nós temos a senhora Edna representando a nossa secretária de educação, Dona Ana Peruchi, nós temos também a supervisora de ensino, a Josemara Orlando aqui também, que poderá responder, porque hoje acho que nós viemos aqui, não para questionar, nós viemos em busca de respostas. Eu enquanto munícipe, enquanto educadora, as mães que estão aqui, todos nós temos direito à resposta. Educação de qualidade não é dar uniforme para as crianças. Educação de qualidade é dar o direito de aprendizagem para as crianças. Onde está a formação desses profissionais em sala de aula? Eu fui 10 anos professora na rede de ensino, eu nunca tive formação. Eu nunca tive uma formação na área da educação especial. O que eu sei da educação especial e a bandeira que eu levanto, é por causa própria, é porque eu fui atrás. Os HTPC são pagos, são opcionais, ninguém está lá de graça, o município está pagando para ter formação, o município está pagando para o professor ser formado. E aonde está essa formação? Uma sala com 30 alunos, já se começa aí o erro, porque quando eu tenho aluno especial, tem que diminuir o número de alunos na sala de aula. Onde está o preparo desse professor? Onde está o olhar da Secretaria de Educação com relação a esses alunos, com relação a essas crianças? Porque isso que nós enfrentamos hoje é estatístico. Em 10 anos nós vamos enfrentar mais. E se hoje nós não estivermos preparados daqui a 10 anos, muito menos. Então minha pergunta é, qual é a providência que será tomada pela Secretaria de Educação para suprir a necessidade de professores de apoio, de salas de recurso, e o monitor não vai resolver o problema pedagógico, o monitor não vai resolver o problema do professor em sala de aula. O que a gente precisa é de alguém que ajude esse professor na sala de aula, que dê respaldo a esse aluno, que ajude esse aluno a executar a atividade. E o monitor não é para isso. Então o que eu enxergo enquanto educadora o que eu vejo é uma utopia muito grande, é colocar um véu nos nossos olhos, tapar o sol com a peneira, achando que está sendo feito algo pela educação. E na verdade nós estamos apenas colocando nos olhos da sociedade, nos olhos dos pais. Ó, temos monitor, para quê? Para quê gastar dinheiro público com monitor? Nós temos que gastar dinheiro público com educação de qualidade. Nós pagamos a educação de todos os alunos. A educação é gratuita, mas é paga, é recurso público. E esse dinheiro tem que ser bem investido. Esse dinheiro não pode ser de faz de conta, não. Colocamos lá 10, 15, 20 monitores. Ok, essa criança vai se alimentar, essa criança vai ter monitor na aula de educação física, mas e na aula de inglês. E na aula de matemática?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Eu queria só pedir para a senhora...

Paula Renata: Eu quero a resposta Magalhães. Respostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: A senhora pode continuar, espera só um minutinho só. A senhora poderia dar a resposta para as duas que fizeram a pergunta?

Paula Renata: É isso que nós procuramos aqui hoje. Respostas.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: E aí, a senhora pode, depois que ela der a resposta, a senhora quiser falar, eu dou a palavra para a senhora. Mas a senhora pode responder, por gentileza?

Edna Ferreira: Posso, tá ligado?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: A diretora Edna Ferreira.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Boa noite a todos. Meu nome é Edna, eu sou diretora de CEMAE, estou representando a Dona Ana.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Se a senhora puder ficar mais próxima do microfone, todo mundo vai poder ouvir o que a senhora tá falando.

Edna Ferreira: Melhorou? Meu nome é Edna, eu sou diretora de CEMAE, estou representando a Dona Ana aqui tá. Eu sou servidora pública do município há 20 anos. 18 desses anos na educação especial. Eu, com a Nair, sempre trabalhamos juntos, sempre abraçamos, sempre essa causa, para proporcionar um atendimento e uma educação igual. Não só para autistas, mas também os deficientes físicos, os síndrome de down, nós atendemos lá no CEMAE cerca de 80 alunos, cada um tem suas necessidades. Antes de responder a pergunta dela eu preciso falar sobre o que a professora disse sobre a capacitação nos HAPC's que ela disse que é uma porcária. Eu acredito que em qualquer lugar que você vá para adquirir conhecimento, trocar experiências e ter orientações não é porcária, pode ser insatisfatório pra ela, mas porcária aí é bem complicado, né. E lá nesse momento, chama HAPC, é hora de trabalho pedagógico, não é curso não é curso e lá nós ministramos orientações de como tratar qualquer aluno na sala de aula, orientações e tem a professora que ela é especialista e ela tem formação em ABA, ela passa essas orientações, nem sempre dá certo, às vezes sim, às vezes não, mas assim nós, eu cheguei lá, a ter são professores de IEE e apoio tá, que vão lá, já cheguei a ter lá 70 pessoas da rede tendo essas orientações, eu sempre recebi elogio porque de 18 anos que eu tô na educação especial como professora nós nunca tivemos esse momento, é a primeira vez, ela mesmo pode falar, nós não tínhamos, nós fazíamos esse HAPC junto com os professores da sala regular, então o avanço é grande, pena que tá sendo considerado por uma minoria, porcária, porque a maioria me elogiaram sobre isso e eu fiquei extremamente triste de ouvir isso, tá? Eu vou tentar melhorar, tá bom? Outra coisa, sobre o professor de apoio, sobre o professor de... monitores. O monitor, ele não vai substituir o professor de apoio em hipótese nenhuma, gente, nenhuma. Eu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

não sei da onde que foi tirado isso porque ele está lá da porta pra fora. Ele vai acompanhar alunos que necessitem de higiene, de acompanhar numa alimentação, de ser acompanhado até uma aula de educação física. Por quê? Porque não tem só autista na escola, tem autista que precisa? Tem. Tem autista que não. Mas nós temos alunos deficientes físicos que precisam, a gente tem alunos down que precisam de ser acompanhados até a van, na porta para não ir sozinhos, que isso acontece. Então não é só pra autistas, tá? Eles vão acompanhar no espaço físico da escola, no que a diretora, for necessário, cabe a escola determinar, tá bom? Eu tive uma diretora que ela me disse que, ela é formada em educação especial, até já trabalhou com isso no município. Que ela tem aluno lá que vai precisar só de monitor. Ela falou assim Edna, ele é deficiente físico. Dentro da sala de aula, a professora não precisa dar conta. Ele não tem o cognitivo afetado. Ele precisa do monitor. Então, por que eu não vou pôr monitor para esse aluno? Porque eu só vou pôr apoio? Não tem nada a ver monitor com apoio, tá bom? Mais alguma coisa?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Pessoal, vamos respeitar a ordem aí que...

Plateia: Como que falaram que o monitor é só para acompanhar se o meu filho está sem ir na escola, tenho dois autistas. Um está indo, porque ele é o mais velho da escola. Então, a diretora colocou uma pessoa para ele. Que só foram dois para Regina Tucci à tarde. E o meu pequeno não está indo. Eu fui questionar quando ele vai. Ele começa exatamente no dia primeiro, que é o dia que começa o monitor. Como assim o monitor não vai ser para isso, se ele só vai ter o monitor para ele? E aí?

Edna Ferreira: Quem é seu filho? Não, ô pessoal, ó calma. Pessoal, é que assim, eu conheço muitos alunos da rede, certo?

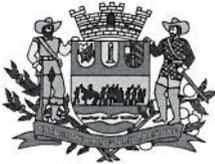
Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Pessoal, pessoal por favor, vamos manter a ordem.

Edna Ferreira: Eu queria saber o nome, para eu saber se ele realmente vai precisar do monitor também. Mas é como eu acabei de dizer, o monitor não vai substituir. Seu filho vai precisar de monitor?

Plateia: Meu filho precisa, meu filho tem cinco anos ele não é verbal. Eu não vou deixar ele também com qualquer pessoa, porque meu filho não sabe falar, vai levar ele no banheiro qualquer um? Não vai levar meu filho qualquer um no banheiro.

Edna Ferreira: Por isso que ela falou que tem que esperar o monitor.

Plateia: Ele não precisa, ele é só ensinar, ele né é só acompanhar ele, mas ele tem capacidade para ser alfabetizado, assim como o meu outro filho. Ele precisa de professor de apoio. Não de monitor. Ele tá sem ir na escola porque ele não tem



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/29

Folha Nº 49

apoio. Eu não sei até quando. Agora que é um monitor, mas não é mais o apoio eu estou perdida.

Edna Ferreira: Pessoal, novamente, o monitor vai ser um outro profissional na escola para ajudar no espaço físico, na higiene, como a Nair disse. O apoio é pedagógico, é dentro da sala de aula, que estão sendo, como a dona Ana já explicou, na audiência anterior, que foram contratados 53 apoios. No início de abril, são para esses profissionais assumirem.

Plateia: E quando que começam os professores de apoio? Porque vai começar depois das férias? O ano que vem.

Edna Ferreira: Em abril.

Plateia: Mas não é o monitor? Não foi chamado...

Edna Ferreira: Os dois, meu bem. Não, vão assumir 53 professores de apoio e 35 monitores.

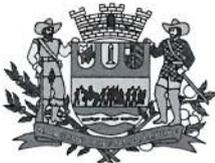
Plateia: Então espero que, realmente, que o dia primeiro meu filho tenha o professor de apoio.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Como é que é o nome do senhor?

Ramon: Ramon.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: O senhor Ramon, pode se apresentar por gentileza?

Ramon: Eu sou Ramon, tenho um filho autista de 4 anos, ele não é verbal, e eu queria saber da Câmara de Vereadores, o porquê todas as cidades da região aqui têm o tratamento adequado para as crianças autistas, e a única cidade que não tem é a cidade de Mogi Mirim. Não consegue um neuropediatra para criança, não consegue uma fono. Inclusive, até o meu filho passou por perícia, porque ele teve que passar pelo médico, pela Unimed. E a perita, ainda com o laudo do médico, teve a ousadia de falar que o meu filho não era autista. Eu queria saber, pela Câmara dos Vereadores, qual que é a posição de vocês sobre o tratamento das crianças autistas? Porque não tem tratamento aqui. Meu filho não consegue comer. Eu desafoguei o meu filho várias vezes, sem treinamento nenhum. Eu tive que desafogar o meu filho, porque eu tive que ensinar ele a comer, porque não tem tratamento. Eu queria saber sobre a saúde, o que vou fazer? Porque não é possível. Entendeu? Eu como pai de uma criança autista, estou revoltado, porque é um direito constitucional da criança que não está sendo respeitado pelo município. Eu queria uma resposta, porque, como disseram aqui hoje, a gente veio atrás de resposta, não de mimimi, porque o povo de Mogi Mirim está cansado desse mimimi. É toda vez a mesma coisa. Na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

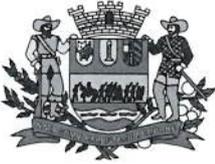
hora de pedir voto, aparece um monte de gente, mas na hora de fazer mesmo some todo mundo. Faz um ano e meio que o meu filho está sem tratamento nenhum, não só o meu como vários aqui. E é um direito constitucional. Até o Sr. Magalhães me conhece, eu já trabalhei para ele, me conhece. O Sr. Magalhães, até eu entreguei para ele uma lei que fala sobre os direitos das crianças, que também não está sendo respeitado, porque toda criança com deficiência ela tem prioridade pelo Estado. É o dever do Estado cuidar, e não só do Estado, como do município também. E a gente queria uma resposta. Quando que vai haver tratamento, como vai haver, porque tratamento para 25 crianças é fácil, e as outras 300 e pouca, como fica?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Eu queria... Eu lamento muito, mas muito mesmo. O senhor como qualquer cidadão da cidade de Mogi Mirim, nós temos um chefe do poder executivo aqui, Mogi Mirim, que é o prefeito. E ele é o... É a pessoa responsável por designar o secretário a comparecer na audiência pública. E se a secretária não puder comparecer, vem um representante que estaria informado de toda essa situação. Nós não temos neuropediatra em Mogi Mirim, nós não temos cardiologista. Sequer, a nossa secretária de saúde fica em Mogi Mirim, ela pouco permanece em Mogi Mirim. A gente sabe que quem está dirigindo o Departamento de Saúde em Mogi Mirim é outra pessoa. Mas é uma irresponsabilidade enorme do executivo, não mandar um representante, nessa noite, para dar resposta para todas as pessoas que estão aqui. E por que é uma irresponsabilidade? Porque eles não querem dar resposta da saúde para a população. Essa é a grande verdade. O não comparecimento de um representante do Departamento de Saúde, nessa noite, nessa audiência pública, é para não dar resposta para a população daquilo que é direito dela de ter a resposta. Eu lamento muito não ter a pessoa aqui para dar resposta para o senhor. Eu não sei se alguém aqui se habilitaria e tem conhecimento de alguma coisa nesse sentido para dar resposta para o senhor.

Ramon: Seu Magalhães, só para o senhor ter ideia, eu esperei o gastro por três anos para poder conseguir passar com o gastro. Imagina as crianças autistas como que fica. Não tinha médico no posto de saúde há um mês atrás. Não tinha médico, pessoal voltando embora da consulta, perdeu o dia de serviço porque não tinha médico no posto de saúde. Me desculpa, mas é uma vergonha a cidade de Mogi Mirim. É uma vergonha.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Eu agradeço a fala do senhor. E agora eu vou dar a palavra para o senhor Luiz Carlos. Fique à vontade, senhor Luiz Carlos.

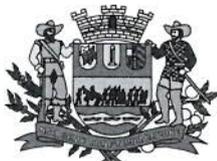
Luiz Carlos: Boa noite a todos. O nome é Luiz Carlos Carlevaro. Estou aqui como cidadão e como apoiador das mães dos autistas sem apoio de Mogi Mirim. E quero parabenizá-las porque vocês finalmente estão se organizando, estão com o objetivo, estão conseguindo apoio. O lance do MP foi fundamental. E agora o inquérito em andamento, esse inquérito provavelmente virará uma ação civil pública. Então, o que o legislativo deixou de fazer em termos de fiscalização? Porque é necessário pôr seu dedo a essa ferida assim também. Não sejamos hipócritas. Muita gente nessa casa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prevaricou. Não podemos só jogar a bola para cima do executivo. Falta gestor de contrato. Algo que eu vou falar depois. Me permita, Magalhães. Parabêniso também, novamente essa iniciativa da audiência pública. Só fazer um breve histórico. Em maio de 2022, nós tivemos a visita na cidade, no gabinete do prefeito, na estação educação, de dois médicos. Um especialista em autismo, outro especialista em epilepsia. Se prontificaram, pró-bono, a ministrar treinamento por uma escola aqui de Mogi Mirim, escola da Doralice Bertolazi, se não me engano, a escola é isso, né? Jorge Bertolazzi. A ministrar o treinamento para as professoras que porventura tivessem crianças autistas. No método que foi desenvolvido por essa doutora, ela vive entre Curitiba e Campinas. Ela escreveu um livro baseado na medicina tradicional chinesa. O livro, o método chama-se Método Mandala das Emoções. Isso aplicado em sala de aula, traz um desenvolvimento tremendo para as crianças e adolescentes. E favorece tremendamente também os autistas. Isso foi acordado, então seria feito esse trabalho pró-bono, morreu na praia, dois anos atrás, maio de 2022. Ninguém fez nada. Quanto que foi prejudicada toda essa gama de estudantes e os portadores do TEA? Outubro de 2023, nós tivemos uma audiência pública também aqui, nós fizemos contato com uma cidade da região onde esse método foi aplicado. A Secretaria de Educação de lá se prontificou a mandar duas professoras para cá, já treinadas desse método, para que pudesse fazer uma palestra, uma apresentação sobre esse método. Também não aconteceu nada. Março de 2024, a Secretária de Educação, acho que semana passada, se não me engano, disse que o município está contratando aí x professores, tal. E se falou em 14 horas de capacitação. Gente, isso é nada. Nada. Você vê um curso do MEC, por exemplo, fala-se 90 horas de capacitação. Você vê um curso de pós-graduação, fala 720 horas. TEA. O que são 14 horas? Então, maquiando a situação, como a nossa cidade está geral maquiada, passando as eleições, nós vamos ver, vai borrar a maquiagem. Então, nós não podemos nos coadunar com tais atitudes. O contrato da Avante Social. Inexiste uma palavra sobre TEA nesse contrato. Eu tenho uma cópia dele aqui. E tem lá também a comissão fiscalizadora, que alguém comentou, que tem a amiga pessoal lá da Secretária de Saúde. Eu verifiquei realmente. Lá no Facebook está lá, uma na casa da outra, (inaudível) é nepotismo, cabe alguma denúncia, vereadora Joelma, pelo fato da secretária fugir da raia do pouco caso que ela fez na última audiência pública. E, novamente, hoje esse tapa na cara da sociedade, cabe, de repente, uma moção de repúdio a ela. A senhora é especialista nesse assunto, por gentileza, avalie também essa possibilidade, que nós, como municípios, não podemos ficar pagando de pato. Nós bancamos essa máquina, que está por demais ineficaz, e fazendo chacota com a saúde pública, com bem-estar de famílias. É um problema social, um problema humano, que estão pouco se lixando para a gente. Olha aí, cadê os demais vereadores? Eu faria questão, até Magalhães, que se registrasse aqui para que todos saibam os nomes dos vereadores que estão ausentes e que não justificaram. Nós temos que ser assertivos, senão a máquina não funciona nunca. Se você for checar o estatuto social da Avante, meu Deus, é isso, que eles são realmente, eles são Deus, eles fazem tudo. Essa empresa, a Avante Social, é lá de Belo Horizonte. É a terra do prefeito, coincidência, talvez. Que o legislativo fiscalize isso, é função de vocês. Eu... .. Acham. Não, nós



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24

Folha Nº 52

não estamos... Nós estamos falando em capacitação dos professores prejudicados, a que afetou todo mundo, todo mundo. Estou falando histórico da situação.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Seu Luís, o senhor tem alguma pergunta a fazer para alguém?

Luiz Carlos: Só finalizando, a administração pública tem construído narrativas, especialidades do mestre mor de Brasília, né? Mascarando a realidade do nosso município, prejudicial aos cidadãos. Onde está a preocupação e compromisso com o bem-estar social, cuidando de pessoas? Isso é um slogan hipócrita, a realidade está mostrando justamente o contrário. Ok? Obrigado.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Agora, eu vou passar a palavra para a Patrícia, para a mãe de autista, e depois, logo em seguida, eu vou passar a palavra para o vereador Cinoê, porque ele tem que retornar para a escola, tá ok?

Patricia: Meu nome é Patrícia, esse aqui é meu filho Rafael. Ele está matriculado na EMEB, e eu gostaria de saber, uma pergunta muito simples. Quando é que ele vai poder ir na escola? Porque ele está sem ir na escola porque não tem monitor. E ele gosta de ir na escola, ele pega a bolsa e vem trazer para mim. Entendeu? Eu quero saber quando é que vai ter o profissional, profissional de apoio para ficar com ele na escola. Só isso.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Ô diretora Edna, a senhora poderia dar resposta para a mãe Patrícia?

Edna: Oi, Patrícia, tudo bem? O Rafael é lá do Linda?

Patricia: Lá na Vila Dias lá, lá naquela EMEB de baixo, Ana Paula.

Edna: Ana, ah, que eu estou recebendo um Rafael lá no CEMAE, por isso pensei que fosse ele. Como eu já disse, os funcionários de apoio e monitores serão contratados no início de abril.

Será, mas isso vai acontecer. Porque eles falaram que ia ser em março, março já tá acabando, já tá indo...

Eles já foram chamados. É assim, eles já foram chamados, eles já foram chamados. Agora é todo... Os "parês"... toda a documentação, o exame médico, tudo mais. Mas eles já foram chamados, sim.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Agora eu vou passar a palavra para o nosso colega de câmara, nosso vereador Cinoê Duzo. Fica à vontade, vereador. Muito obrigado do senhor por ter comparecido, viu. Pode.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24
Folha Nº 53

Vereador Cinoê Duzo: Boa noite a todos. Eu gostaria de citar a professora mãe, Alessandra Sobreiro, na qual eu comprometo a todas. E é o seguinte, bem breve, a secretária esteve aqui e enrolou. Enrolou com todo respeito que devo a todos os representantes da educação. Também reconheço todos os esforços dos professores que estão sobrecarregados, sobrecarregados. Mas a pergunta básica é, nós estamos no meio de março, até quando vamos esperar contratação de professores de apoio, não de monitores simples e básico e objetivo, porque as mães precisam, dá uma olhada. Oito e meia da noite já trabalharam, já se sacrificaram, tem a casa para cuidar, os filhos para cuidar e estão em busca de respostas. Nós, enquanto vereadores, temos o dever de cobrar, e estamos cobrando. O dever de executar é da prefeitura. Vamos deixar bem claro isso. Por isso, o prefeito nomeou a secretária da educação. Ela ganha para isso. Ganha para isso. Agora, ela vem dizer, vamos contratar 29, não serão suficientes. E ela falou, até quando vamos fazer um novo concurso, tem demora de entrega de documentos, eu falei para ela, tem prazos, data do concurso, data da entrega e data da nomeação. É isso que nós queremos saber. Datas, datas. Detalhe, desculpa, parece brincadeira. Mas primeiro de abril é dia da mentira.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Obrigado, vereador. Agora...

Vereador Cinoê Duzo: Com todo o respeito é que eu preciso voltar para a escola lá em Martim Francisco. Muito obrigado. Deus abençoe vocês todas. Obrigado, Magalhães.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Obrigado, vereador Cinoê. Agora eu vou passar a palavra para a senhora Antônia Alves, do grupo de mães.

Antônia Alves: Foi. Boa noite, imagina.

Edna Ferreira: Eu respondi, sim. Vão ser contratados no início de abril. 53 apoios. 35. (inaudível). Cinoê, então vamos fazer o seguinte. Vocês encaminham a pergunta para Seduque, eles enviam a resposta para você. Porque é início de abril. É início de abril para Seduque. Responde, mas o RH passou para a gente início de abril.

Tais Cristina Tristão Santos: A senhora, não está sendo mulher de palavra. Falou dia primeiro, iria começar. Agora, dia primeiro vai contratar. Qual que é a realidade? Aliás, já era para ter começado faz tempo, gente. Isso daí é atribuição de professor, tudo junto em fevereiro, está uma bagunça

Edna Ferreira: Eu concordo, na atribuição...Deixa eu te falar. Na atribuição, quando, vocês estão ouvindo, tá? Eu sou professora, eu sou funcionária, eu sei como funciona. Na atribuição, nós chamamos, né, os funcionários. Muitas vezes, chega na hora dele escolher, o período ele não quer, o horário não dá certo, a escola não dá certo, bate com outro trabalho que ele tem. Então, esses já vão sendo descartados e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24

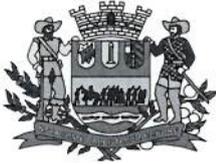
Folha Nº 54

vamos chamando o resto. Até o momento, 53 foram contratados, que deu certo. E no início de abril, se Deus... Nós teremos nossos professores de apoio, tá bom?

Antônia Alves: Bom, boa noite a todos. Primeiramente, eu quero...

Edna Ferreira: Ah, deixa eu te falar. Assim, quando, ela sabe, quando há essa desistência, atrasa tudo, porque você tem que voltar na lista, é chamado...

Antônia Alves: É falta de planejamento, né? Tinha que ter planejado antes. Quanto a isso é falta de planejamento, tá? Eu quero agradecer, primeiro, a empatia de quem ficou aqui, porque vocês viram como que são as crianças agitadas aqui. Teve gente que não aguentou, ficar meia hora, saiu de lá, foi embora, tá? E aí, eu quero dizer para vocês que política pública tem que impactar na qualidade de vida. Então, aí, eu quero perguntar e deixar uma reflexão de como será que essas mães estão vivendo 24 horas, sem o apoio, tá? Da saúde, da educação, para terapia, para tudo. Eu penso o seguinte, se vocês estão fazendo um esforço, tá? E a manifestação pública está dizendo que não está havendo solução, isso aqui é termômetro, do que vocês estão fazendo, coisas que não estão adiantando. Eu acho que tem que ter empatia, sentar junto, ver o que pode ser resolvido. Essas mães querem solução, tanto quanto alguns de vocês. A gente quer qualidade de vida. Essas mães querem autonomia para os seus filhos. O importante para nós é a autonomia dos nossos filhos, que muitas vezes em casa, é difícil sozinha. Você entendeu? Agora, segundo a nossa secretária de educação, segunda-feira passada, ela diz que são mais ou menos 200, 200 laudados na rede de ensino. E que 25 deles são atendidos na Fonte e 65 na APAE. A minha pergunta é, precisa de terapia como nós sabemos, precisa de um acompanhamento para alimentação, para autonomia, para a qualidade de vida. A minha pergunta é, existe algum plano, alguma ideia, alguma coisa para os 100 que sobraram? Sabe? Porque são só uma sobra para vocês, mas para gente é realidade de vida. A gente está vivendo isso 24 horas e estão pedindo socorro todos os dias. Terapia, atendimento e nunca somos escutadas. A gente quer palavra que seja cumprida, entendeu? Nós vamos tentar e outra coisa, tenham empatia pelo amor de Deus pelas mães. Vocês não têm nem a capacidade de escutar a gente, de ter a gente aqui meia hora, duas horas, três horas. Cadê o resto do povo para escutar o que a gente tem para falar? Some assim, engasga com as crianças, fica bravo que as crianças estão dando agito, aí eu não aguento ficar aqui, agora vai viver 24 horas a nossa vida. Viva a nossa realidade para vocês ver o que a gente está reivindicando. E venha viver as nossas incertezas, os nossos infortúnios, as nossas decepções. Eu acredito que isso pode ser resolvido quando vocês levarem a sério as falas de cada mãe aqui. A gente não está aqui para brigar politicamente, a gente está aqui para somar e encontrar uma solução. Mas se quem está recebendo, está dizendo que não está adiantando, vocês estão querendo descer a goela baixo, 25 dá, goela baixo, já estamos fazendo. 25 não dá, monitor dá, se é goela baixo, não dá, não dá, não dá monitor. Não tem terapia, terapia para 25 e os outros, como vai ficar? Pode vir, mãe.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Mãe: Com licença, eu só vou complementar o que ela estava dizendo para eu não perder a linha de raciocínio. Ela disse que sobra um 100, 100 laudados. Laudados. E os que não têm laudo? Aí vem a minha pergunta, que não está aqui a secretária de saúde. Não sei se todas as mães, eu sou uma pessoa que eu gosto de fuçar muito, de estudar bastante, não sei se vocês têm consciência que existem, vou falar de uma forma mais dinâmica, a poda neural. Alguém já ouviu falar? Sim. Até que dá, de mãe, existe a poda neural?

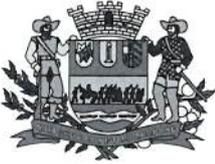
Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Por favor, fala no microfone.

Mãe: Até sete anos, até sete anos é a última poda, depois disso, acabou. Mas a principal, a principal é a partir da primeira infância. Depois disso, se a criança é não verbal, a chance de ela virar verbal é muito pequena. E aí o que acontece? Cadê o neuro, cadê a fono, cadê a TO, cadê as psicólogas para estar tratando essas crianças para poder agilizar esse laudo? Porque aqui no município a gente só tem tratamento laudado. Nem laudado, né? Mas a gente só entra para estatística a partir do momento do laudo. Mas e antes do laudo, cadê essas crianças, gente? Não existe?

Antônia Alves: Deixa só reivindicar uma coisa, olha, foi oferecido a rede de educação...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Gente, dá licença só um pouquinho. Em respeito e a boa educação, eu queria dar a palavra para a senhora Daiane Menezes, porque ela é gestante, por gentileza, que ela está em pé faz tempo.

Daiane Menezes: É que assim, ela acabou de falar, cadê as crianças não laudadas? A minha está em casa. Hoje, minha filha faz quatro anos, faz três anos que ela está esperando. Fora a minha deve ter muito mais igual. O João Vitor, ele mandou uma mensagem para mim, falando, aonde que a minha filha estuda? Não interessa onde que a minha filha estuda, porque não é só a minha. São várias crianças. A minha filha não está indo na escola, entendeu? Ele fez algumas perguntas e assim, ele não sentou na hora que o senhor chamou ele mais de quatro vezes, tem total meu respeito, todos que estão aqui, ele não chegou. Ele não sentou com vocês, então assim, o que que eu penso? A minha filha é só uma e as outras, entendeu? Hoje, minha filha faz quatro anos, eu estou aqui, eu estou aqui lutando por todas as mães, todas. Não estou lutando só pela minha filha, não tenho preferência. Não quero que a minha filha passe na frente de várias mães que estão esperando há muito mais tempo. Desde 2021, minha filha está esperando. Ela não está indo para a escola, entendeu? Ela não está indo para a escola. O prefeito foi na Regina Maria Tucci, ele falou para mim no dia 26, que dali 15 dias os professores iam começar. Quando a gente veio, semana retrasada aqui, recebi mensagens que dia 6, na semana do dia 6, eles iam começar, não começou até agora. Aí eu queria uma resposta, porque igual, senão eu falei dia 1º, dia abril, é dia da mentira. A gente tá cansado de mentira, eu estou cansada de mentira, porque eu ouvi do prefeito, eu ouvi. Ele falou para mim a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

partir dali 15 dias, o dia 26 ia começar, não começou. Aí agora vocês estão falando uma outra data, a gente quer solução, entendeu? A gente não está aqui pedindo muito, a gente está pedindo o básico. E é triste isso, é triste a gente está pedindo básico, sendo que é uma coisa que teria que ser natural. Eu acho uma vergonha, eu estar aqui, entendeu? Falando, semana retrasada, a gente falou, falou a gente... Eu só ouvi linguíça, só ouvi encheção de linguíça, vocês me desculpem, eu estar falando desse jeito. Mas as mães estão em casa, tem crianças que não têm laudo, tem criança que é tratada como birra, aí é birra. A gente vê várias pessoas olhando de cara feia, mas tem mãe que não pode andar no centro, porque não sabe que horas que o filho vai ter uma crise. Não tem terapia, não tem tratamento, são inúmeras coisas. Uma audiência só não é suficiente, porque não adianta a gente vir aqui, reivindicar, reivindicar, reivindicar, e não ter solução. São poucos que estão aqui, os vereadores que estão aqui hoje, que estão sentados aqui desde o começo, merecem o nosso respeito. Porque, até outubro, todo mundo cumprimenta, fala e faz. E depois... É isso que eu quero saber. Que dia que vai começar? A minha filha não tem laudo. Desde 2022, eu acredito. E aí?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: A senhora, pode responder para ela, por gentileza?

Edna Ferreira: Posso. Deixa eu só... porque lá do CEMAE, que eu sou da parte da educação do pedagógico, eu não sei se tem alguma mãe que eu atendo os filhos aqui, pelo menos lá o atendimento é bem aceito, as mães que vão até lá, os alunos, gostam, a gente escutam vários depoimentos. Uma vez, ainda uma mãe ligo, e falou assim, o que vocês fizeram com meu filho hoje? Que ele chegou em casa todo sorrindo. Então, tem a gente... Eu me sensibilizo muito com essa luta de vocês, e com o tão abrangente que é esse atendimento para autista, o tanto que ele abrange. Eu fui até o CAPS, por minha conta, conhecer. Não que lá eu vou mandar alunos lá, não que seja minha responsabilidade, mas eu fui conhecer. Aí eu conversei lá com a enfermeira, o nome dela é Solange. Solange, o nome dela. Quando eu cheguei até lá, eu não estou desmentindo ninguém, eu falo que quando eu cheguei até lá, eu com a Tânia foi junto comigo, eu encontrei um ambiente limpo, arejado, não tinha ninguém na recepção, assim, de alunos esperando. Aí tinha uma moça na recepção, e quando eu fui, viu, pessoal, não estou falando contra vocês, porque esse daí, o CAPS é lá da saúde, eu estou falando o que eu vi. E aí eu conversei com a Solange, como que era o atendimento para me orientar. Quem que encaminhava, então lá é um atendimento de portas abertas, a mãe vai diretamente até lá. E no momento que eu estava lá, tinha alguns alunos em atendimento. Eu não entrei na sala, porque ela não me autorizou por conta para não atrapalhar esse atendimento. Mas, assim, aí nesse momento, como isso acontece? Chega, fica esperando, ela falou assim que não. Que ali, na sala de espera, não tinha nenhum aluno, e quando termina, um, eles faziam a expectativa de atendimento, e chegavam um e outro ia embora. Não havia, ela falou assim que o cuidado dos autistas não se depararem com os outros atendimentos, que também têm direito, não é, gente? Não acontecia. Foi a fala da Solange, e eu não vi isso lá, tá bom? E qual é? Só falando. Assim, o que que eu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

orientaria você, que eu fui pedir orientação, tá bom? Também, quando faz esse atendimento. É ir até lá e pedir para que seu filho seja atendido pela equipe. Aí, o que que você... Deixa eu terminar de falar. Eu acho que você deveria ir ... Eu sou vó de autista, eu já passei por isso. Você deveria ir, e por você mesma, você vê como é o atendimento. Se para você é suficiente ou não.

Daiane Menezes: Então, a minha filha já passa no CAPS. A TO, eles tratam ela muito bem, mas falta muita coisa lá, principalmente segurança, sabe por quê? O portãozinho do lado, onde a minha filha fugiu, e sabe por que que eles viram que minha filha fugiu, porque a sobrinha da enfermeira estava lá e ela veio gritar, ela falou assim tia, a sua filha fugiu, ali na rua. Aí, você imagina, sabe o que eu fiz? Eu saí correndo. A minha sorte é que a minha filha entrou no consultório da frente. Então, assim, tem os profissionais ali, mas não tem quem olha. Ali tem dois corredores, então assim, se a gente for abranger mais o assunto vai mexer muito mais, você entendeu? A minha pergunta foi referente a dia e data, horário. Porque eu quero sair da minha casa, saber que eu não vou chegar igual na escola, igual uma tonta, desculpe as mães eu não estou chamando vocês de tonta, eu estou falando assim de vocês chegarem, que eu já ouvi muitos casos, que elas têm que voltar embora com o filho. É nesse jeito que eu estou falando. Você falou dia primeiro, só que eu já ouvi várias datas.

Edna Ferreira: Essa é a data que nós temos no início de pessoal. Pessoal, não vamos ser sarcástico.

Daiane Menezes: Mas eu não estou sendo sarcástica. Sabe por que eu não estou sendo sarcástica? Eu não estou sendo sarcástica, você me desculpe, eu não estou sendo. Eu já ouvi várias datas para vocês ser sarcásticos, para mim eu estou sendo idiota na mão de vocês.

Edna Ferreira: Você não está sendo sarcástica.

Antônia Alves: Para eu terminar a minha fala, eu quero deixar aqui uma coisa. Teve uma criança aqui que teve por duas vezes crise aqui. A gente viu um monte de gente torcendo o olho, torcendo a cara, virando a cara, achando que pega mãe, essa criança e tal. Acontece que aqui tiveram alunas que fazem o curso de inclusão, da qual nós oferecemos, nós do grupo de mães. Conversamos com a Secretaria de Educação, que não deu a mínima. Para gente estar aqui hoje, a gente já conversou muito com todas as secretarias. E a gente foi tida assim como loucas, como desvairadas, só que a gente chegou para conversar para chegar num senso comum, para ver o que que a gente podia fazer. Teve aqui duas crises. Ela se levantou, pegou a criança, ela fez todo o protocolo que deve ser feito quando uma criança tem crise. Eu só quero saber o seguinte, esses monitores, essas pessoas que vão acompanhar, se houver uma crise desse jeito, essa criança bater a cabeça no chão, na parede, vocês vão se responsabilizar, ou vai sair correndo, vai chamar a mãe, qual que vai ser a reação? Porque uma capacitação de 14 horas, de 7 horas, não



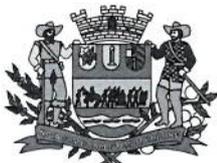
CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

capacita para uma situação dessa. Vocês estão preparados para ter esse tipo de situação? E encarar isso de frente, eu acho que não, porque 14 horas não capacita ninguém. Eu só quero que vocês assumam, hoje, a responsabilidade de alguma coisa com as crianças dentro de escola, nas mãos de gente só para cuidar. Babá, a gente tem em casa, a gente quer pessoas capacitadas que possam dar condições das nossas crianças crescerem também. Tá bom? E é isso.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Bom, deixa... Eu vou abrir um parêntese aqui agora, eu vou fazer o seguinte, eu vou intercalar, porque eu tenho que dar fala para os vereadores também. Então, eu vou começar pelo vereador Ademir. O vereador Ademir fala, depois eu passo para uma mãe, para quem quiser falar. Eu vou passar para a Joelma, então que ela está com urgência em casa, e eu vou dar a palavra para ela, depois eu dou para ela, e depois para o vereador Ademir. Vereadora, pode se pronunciar à vontade.

Vereadora Joelma: Boa noite a todos, eu tenho plena convicção e eu sei que todos estão fazendo o máximo de esforços aqui em estar presente. Aqui comigo também não é diferente, eu estou aqui, mas a minha filhinha está lá no gabinete, eu ouvi ela só passando, eu espero que por Deus esteja tudo certo ali. E eu sei que, então, a demanda e os receios e as preocupações existentes. Eu queria, meus amigos, registrar, registrar novamente aqui, Magalhães, e aqui, hoje, a ausência da Secretária de Saúde, essa cadeira virada para as mães de Mogi Mirim, de fato, é uma representação. Aqui a Secretária de Saúde não é a primeira vez que ela se utiliza dos atestados para não responder a Mogi Mirim. E muitas das respostas que a gente precisa, nós precisamos que ela esteja informando para gente. Por quê? Porque parte da educação das crianças, da capacitação, da habilidade dela, da potencialização dela, a gente sabe, está no TO, está na pedagoga, está no neuro, está no psico. Então, são ações em conjuntas. Eu quero até que vocês me retifiquem, porque eu sei que vocês sabem muito mais do que eu e vivem o dia-a-dia. Então, eu quero registrar isso, até para oficializar toda essa situação, porque eu entendo que, de verdade, o Ministério Público tem que estar à par dessa situação, porque, por mais de vezes, a Secretária de Educação foi convocada, que é um ato de responsabilidade para estar nessa casa de leis, responder à população, e ela não está, e ela sempre demanda dos atestados. Veja, meus amigos, então eu gostaria de perguntar à Secretária de Saúde três perguntas, uma. Esse município teve o tempo hábil para se habilitar num Centro de Reabilitação, uma proposta do governo do Estado, onde bastava fazer habilitação para, após ser apurados os requisitos e ser remanejados recursos, não só para as crianças autistas, mas para todas, inclusive, doenças raras. Por que não temos um centro de especialidade nesse sentido na nossa cidade? Outra pergunta que eu gostaria de fazer para a Secretária de Saúde é que nós observamos as entidades e, por mais que, às vezes, seja precário, a assistência social participa, a educação participa com recurso, mas a Secretaria de Saúde recua, recua bravamente em atender os filhos das mães. Eu queria entender o porquê também dessa conduta da Secretária de Saúde do Prefeito. E não mais que isso, eu gostaria de fazer uma outra pergunta. A gente sabe que hoje a gente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

tem a estrutura CEMAE, que é uma porta da educação, está lá para 60 crianças. Eu pergunto, por que a Secretária de Saúde não pode encaminhar uma equipe especializada, Lica, Marcela, meninas, todos que estão aqui, para compor esse atendimento para mais crianças? Quando eu falo, é um neuro, é um psicólogo, é a formação de mais gente, um fisio, um fono para fortalecer a capacitação dos filhos de Mogi Mirim. Então você veja, Magalhães, meus amigos, o quanto é importante o posicionamento da Secretaria de Saúde. E quando a gente vê ações como essa, eu peço até desculpas na minha primeira fala, se eu fui enfática e fui até um pouco além do meu limite. É porque assim, eu não consigo compreender esse tipo de comportamento se a gente faz uma audiência pública para tentar construir. E é por isso que quando eu falei assim, então vamos fazer o seguinte, porque eu vi que vocês estavam até recuando nos questionamentos. Por isso que eu falei, então vamos fixar na ata e com base nela, oficial o prefeito para responder à Câmara Municipal, ao Ministério Público, juntamente com a Secretaria de Saúde. Porque o que não dá mais é para ser furtivo e é fugir de uma situação tão delicada como a gente vive em Mogi Mirim. São essas minhas perguntas. Muito obrigado.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Obrigado, vereadora Joelma, pela fala e pela presença. Agora eu queria dar a fala para a senhora Sara Zanco.

Sara Zanco: Boa noite a todos. Meu nome é Sara Zanco. Eu sou mãe de um menino autista nível 1 de suporte. Ele tem 10 anos atualmente. Ele começou no Fonte Viva com dois anos e três meses mais ou menos. Era o aluno mais novo do Fonte Viva. Na época eles não tinham nem noção de como eles iam trabalhar porque ele era o aluno, a criança mais nova de todo o sistema deles. Ele foi assistido durante um ano no Fonte Viva e foi esse um ano que eu aprendi a lidar com o autismo assim como ele também se desenvolveu muito com o método ABA que eu apresentava em casa. Quando ele teve alta, quando a Fonte Viva teve a sua fusão com a Secretaria de Educação, não só ele, mas outros alunos também tiveram alta administrativa. E na justificativa de relatório de alta que o meu filho teve com três anos do Fonte Viva, a mando da educação, não foi uma coisa que foi avaliada e constataram que ele não era autista. Ele não apresentava características, tanto que eles encaminharam ele para o CEM, para continuar os atendimentos com psicóloga, fono, terapeuta ocupacional, com equipe especializada, mas eles deram alta para ele administrativa, com a justificativa que ele não apresentava. Com quatro anos e meio neuropediatra do AME, laudou o meu filho, ou seja, ele é um menino autista. Para o Fonte Viva, a mando da educação, ele não era. Ele continuou os atendimentos no CEM minimamente, elas como a nossa colega mãe aqui falou, tirando leite de pedra, mas o mínimo do mínimo, com a minha ajuda em casa, com o método aba, papelzinho pendurado na parede com fotinha, com passo-a-passo de como escovar um dente, trocar de roupa. Ele tem 10 anos, ele não toma banho sozinho, ele não troca de roupa sozinho, mas a minha maior dificuldade, com o meu filho de 10 anos, que hoje, atualmente, está no quinto ano, é a parte pedagógica. Ele não sabe ler, ele não sabe escrever, ele mal identifica o alfabeto. Como que uma criança de 10 anos vai para a escola, fica cinco horas dentro de uma sala de aula, apenas estando lá? Relatos da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

reunião de pais que eu tive, é que ele era um aluno muito bonzinho. Ele não precisava, necessariamente, de uma professora de apoio, porque ele não precisava de tanta atenção, só que as matérias que era de livro didático, que não pode ser rabiscado, não pode ser escrito, não poderia ser consumido, ele simplesmente ouvia a lição. Agora, se uma criança de 10 anos, que não tem nenhum problema pedagógico, não tem nenhum problema psicológico, já não consegue aprender apenas ouvindo a matéria, como que uma criança autista consegue. O caderno de história, geografia e ciência do meu filho veio limpinho, tanto que esse ano eu encapei ele para ele usar esse ano, porque ele não usou uma folha. E a professora, que não tem o mínimo de capacitação para atender uma criança especial em sala, ela simplesmente deixava ele sentado no cantinho dele, quando ele simplesmente não queria participar da aula, deixava ele sair. Deixava ele brincar, deixava ele ler revistinha, deixava ele brincar com o estojo dele. É esse tipo de educação que vai ser apresentada para os nossos filhos, autistas? É essa minha indignação. Meu filho tem 10 anos. O ano passado, em janeiro do ano passado ele teve alta do CEM, das terapias que ele tinha, para mim as profissionais do CEM falaram que ele estava ótimo, que ele não precisava mais de terapia. Nossa, como eu queria que fosse verdade que com 10 anos o meu filho não era mais autista. Então, ele não precisava mais de acompanhamento psicológico, de fono, de terapia, de nada. É um sonho, não só meu, mas como muitas mães aqui, a gente acordar um dia e, de repente, nosso filho não ser mais autista, só que não é essa nossa realidade. Mas depois, eu descobri que a alta dele não foi porque ele estava excelente, ótimo, e não precisava mais. É porque ele precisava dar lugar para outras crianças. E, em abril e maio, foi dada a notícia de que os pacientes do CEM iriam para o CAPSIJ. Lá no CAPSIJ, já foi constatado para as mães que estão indo lá. Eu estive em dezembro lá, quando falaram que dia 10 iriam iniciar, no chamamento estava dizendo, na audiência pública que teve aqui o ano passado, a secretária de saúde garantiu que, a partir do dia 10 de dezembro, os atendimentos no CAPSIJ para os autistas iriam ser iniciados. As mães que estão aqui teve um início em dezembro, seus filhos no CAPS com equipe especializada em autismo, não teve. Lá tem o que foi falado, que é psicóloga, que mal sabe atender uma criança especial, que para ela, a criança tem que falar. Se a criança não falar, como ela vai ter atendimento? Relato de uma mãe. Como que a criança vai ter um atendimento com a psicóloga, se essa criança não fala. A criança não é verbal, gente. Ela tem que ter a capacitação para aprender a lidar com uma criança não verbal. Ela é psicóloga, ela é contratada para isso. Só que ela não tem capacitação para trabalhar com um TEA que não é verbal. Um psiquiatra que dá clonazepam para uma criança de quatro anos, que tipo de profissional é esse, que se diz um psiquiatra formado em, sei lá o quê, se ele realmente tivesse uma capacitação formada, em TEA, saberia que clonazepam nem é indicado uma criança autista, que é inviável, uma medicação tão forte é essa, tarja preta, uma criança de quatro anos, 15 gotas. Relato de uma mãe no nosso grupo. 15 gotas, eu sou adulto tenho 35 anos, e eu não tomo 15 gotas de clonazepam. É praticamente quatro comprimidos. É um absurdo isso. Eu estive lá em dezembro, a placa estava no chão. Em dezembro, estamos em março. Não tinha nenhuma sala de atendimento lá para as crianças. A sala que ela... Não tem sala sensorial, que raio de tratamento que vai ter



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

no CAPS pros nossos autistas, que não tem sala sensorial. Tem crianças, gente, precisa de monitoramento o tempo todo. Tem mães aqui que trabalham o dia inteiro, não tem como a gente ficar o dia inteiro com a criança lá meia hora de atendimento, é o que é fornecido para as crianças lá, que raio de tratamento é esse, pra um autista não verbal nível 2, nível 3 de atendimento, meia hora de atendimento para pintar um paninho. O que que isso vai desenvolver uma criança autista? Cadê a secretária de saúde para responder essas nossas dúvidas? Que ela garantiu que teriam sido treinados profissionais para uma equipe especializada, que iria iniciar em dezembro do ano passado. Estamos em março. Além de não ter equipe especializada, os profissionais que estão atendendo não sabem nem que hora que vai no banheiro. Não tem noção do que estão fazendo lá. Professor de apoio. Gente, nós, mães, aqui, hoje ouvimos mais uma nova data. Início, primeiro de abril. Mas protocolos feitos antes de hoje, essa semana, tivemos resposta que teve uma distribuição, atribuição de professores no dia 7 e que iriam iniciar dia 15, os professores. Dia 15 de fevereiro iniciou as aulas e nem professor normal tinha. Tem creche, que está até agora fechada com sala acumulada, crianças, porque não tem auxiliar de sala para ajudar arrumar a sala. Tem creche com 30 crianças numa sala. Cadê os professores normais? Depois, quando nós fomos lá na OAB conversar, mães relataram que teve como resposta do protocolo solicitando o professor de apoio, que iriam iniciar dia 26 de fevereiro. Realmente, teve algumas escolas que alguns professores de apoio foram. A escola que meu filho atualmente está recebeu duas professores de apoio. Eu recebi a escala de distribuição na escola do meu filho, tem 16 autistas. Para uma professora de apoio, num período só. São 16 alunos num período da tarde que vai dividir uma única professora de apoio, que qualidade de apoio essa professora vai dar para ele. A minha dúvida é essa. Vai ser dividido. Eu perguntei para ele, filho, foi uma professora, uma pessoa para te ajudar na lição, mãe foi, ela ficou com você a aula inteira? Não, ela ficou só um pouquinho, ela me ajudou a escrever o meu nome. Mas seu nome você sabe fazer. O tempo, a qualidade, como outra mãe falou aqui, o que a gente precisa é qualidade no atendimento. Não adianta querer entubar, goela abaixo da gente para não falar outra coisa, que está sendo prestado um tipo de serviço se a gente sabe que não é o ideal, não é de qualidade. Para dizer que está fazendo alguma coisa, não adianta. Os nossos filhos estão crescendo. Tem mães aqui que estão esperando há anos por um laudo. A gente está aqui procurando respostas, esperando mais uma vez respostas que não é de agora. Foram feitas leis, aprovadas leis. O que é preciso para uma lei que foi aprovada ser acatada? É uma lei. O que nós estamos correndo atrás, nós somos desmoralizadas, inclusive nas mídias sociais, como loucas, como exageradas, como mimizentas, é direito constitucional por lei que nós temos. Os nossos filhos têm. É isso que nós estamos reivindicando, não é hoje, não é ontem, não é semana passada, não é mês passado, não é o ano passado, faz anos. E claramente a Secretária de Saúde na audiência pública do ano passado falou ela mesmo. Não estava sendo feito nada. Mas foram três anos, gente. São três anos que nós estamos brigando, nós estamos procurando respostas, a gente está cansada de só ouvir datas. E quando é chegado o momento daquela tal data, ou não tem, ou o que é prometido, não é aquilo que foi falado. Não é aquilo que nós vemos na realidade. Os nossos filhos precisam de atendimento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

especializado. E não é um lugar, o que a gente precisa é de um centro especializado em autismo. Porque depois que nossas crianças crescem na adolescência, sai do intuito do municipal, o que é feito delas? Elas deixam de ser autistas? O autismo não é uma doença infantil. O autista vai morrer sem um autista, ele vai depender de um tratamento, um acompanhamento para toda a vida dele. São fases diferentes que ele vai ter que passar. Não adianta a gente estar aqui, é o professor de apoio na rede municipal. E depois, o centro especializado é o que a gente precisa. Não medidas temporárias e camufladas de benfeitorias que na prática, não funciona. Essa é a minha dúvida. Professor de apoio, efetivo, vai ser quando? Agora vai ser dia 1º de abril, contratado ou não contratado? Vai ser chamado para atender as outras, como uma mãe falou aqui. São 25 professores de apoio. E as outras crianças? Vai dividir essa professora para uma hora só, por aula? Por criança? O que uma criança autista faz em uma hora, numa aula que é 3, 4? O meu filho precisa só de professor de apoio. Graças a Deus, o monitoro ele não precisa. Ele vai no banheiro sozinho, ele come sozinho, tem a seletividade alimentar, mas ele consegue falar que ele não quer aquilo. O que ele precisa é de terapia, especializada. E aquele CAPS não é especializado. Professor de apoio, só por meia hora, pra ele não adianta, porque ele não vai conseguir fazer a lição daquela matéria em meia hora. Se uma criança normal não consegue fazer em meia hora, imagina uma autista. É isso.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Obrigado. Eu vou passar a palavra agora para o vereador Ademir. E logo em seguida eu dou a palavra para a senhora, tá bom?

Vereador Ademir: Senhor presidente, boa noite a todos. Os nobres vereadores que estão aqui presentes. As mães estão reivindicando seus direitos. Eu estou vendo aqui o secretário Luiz Dalbo, da Cultura, secretária Cristina Pulz, da Assistência Social. Estou vendo aqui as representantes da educação da saúde, mas não estou vendo ninguém da saúde, que é um fato triste, porque justamente a audiência pública ela tem essa finalidade de discutirmos o assunto juntamente com o poder público e com a sociedade civil. Então, quando o vereador Magalhães teve a iniciativa de fazer uma audiência pública para debater o assunto, ele fez as devidas convocações para que os gestores do nosso município estivessem presentes, justamente para que houvesse esse diálogo, para que houvesse o alinhamento do tema e das soluções. Porém, nós estamos aqui a praticamente 6, 7, 8, 9, 3 horas de audiência e não chegou ninguém da saúde e não virá. Então, é muito triste, vereador Magalhães. Os secretários estão aqui há 3 horas, como que a secretária de saúde, a secretaria de saúde não teve a disponibilidade de enviar um representante. Eu não estou questionando aqui a questão de saúde, até porque não sou médico, eu não tenho competência para isso. Mas ela poderia fazer como a dona Ana, que mandou aqui duas representantes da secretaria para falar em nome da secretaria. Então, é muito desrespeito, é um desrespeito muito grande, não com a gente, vereadores, mas com vocês, mães e população em geral, e em especial as crianças autistas. Então, nós precisamos deixar aqui registrado a nossa insatisfação com a atitude da secretaria de saúde do nosso município, de não ter enviado um representante para debater um



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM
Estado de São Paulo

Proc. Adm. Nº 15/24

Folha Nº 63

assunto tão sério e complexo. Eu digo complexo porque estou há 3 anos na condição de vereador e antes de ser vereador ou estar vereador, eu não sabia o que era o autismo. Eu tenho 31 anos de idade, eu não sabia o que era o autismo. Eu estou aprendendo sobre o tema na vereança. Agora, imagina, se nós estamos, eu estou hoje, vereador, não tenho o conhecimento profundo do tema, imagina a população, imagina as pessoas. Então, o tema autismo ele precisa ser amplificado, debatido quantas vezes foi necessário para que as pessoas entendam, primeiramente, o que é o autismo. E, segundo, como se deve tratar uma criança autista. Então, quando a Câmara de Vereadores tem esse tipo de discussão, é de extrema importância, é fundamental a participação do Poder Público, ainda mais da Secretaria de Saúde, que é a principal secretaria para oferecer um tratamento digno de qualidade e eficiente para as crianças. A educação é importante, a assistência social é importante, mas a saúde é de extrema importância, ela é vital para um tratamento de uma criança autista. Nós não temos aqui nenhum representante com mais de três horas de audiência. Então, eu deixo aqui o meu repúdio, eu deixo aqui a minha insatisfação, a Secretária de Saúde do Município, que não teve a decência, não teve a consideração, a sensibilidade de enviar um representante para dialogar junto com as mães que estão reivindicando os seus direitos. E, parabéns às mães que estão aqui buscando, batalhando, lutando. Eu tenho certeza que a Câmara de Vereadores, esses secretários que se fazem presentes aqui, estarão na disposição para ajudar a encontrarmos as soluções adequadas. Como eu disse anteriormente, é um tema complexo, é um tema difícil, que muitas pessoas não têm o conhecimento, então temos que fazer dia após dia construir essa conscientização e traçar os caminhos. Não será de hoje para amanhã, não será uma solução mágica que todos os autistas amanhã serão tratados da devida forma, mas se não houver o passo inicial, a iniciativa, com certeza daqui a cinco anos, dez anos, estaremos aqui ou outras pessoas estarão aqui discutindo os mesmos problemas sem um avanço, sem novas perspectivas de soluções para a causa autista. Agora, gostaria de fazer uma pergunta para as meninas que estão aqui, na ferradura, né na nossa mesa, que no começo da audiência vocês apresentaram um documento falando sobre o Conselho de Saúde. Nós estamos aqui com a Rita, que está representando o Conselho de Saúde, Rita Capitoni, que está presidente em exercício do Conselho, e eu não entendi muito bem no começo o que seria esse documento. Vocês conversaram com o Conselho de Saúde, qual foi o posicionamento do Conselho sobre o tema, porque eu vi que vocês leram, mas fiquei meio perdidinho. Então, peço desculpas por pedir novamente que vocês façam. Está bom?

Marcela: Na verdade, foi assim.

Vereador Ademir: Obrigado, presidente.

Marcela: O presidente do Conselho, acho que é Ricaldis, o nome dele, ele me enviou uma mensagem pedindo se eu podia comparecer lá, pessoalmente, na casa dos Conselhos. Porque a gente já tinha tentado essa comunicação com eles, eu acho que foi em novembro do ano passado, e a gente não conseguiu essa comunicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Então, a gente precisou, eu me pronunciei na rede social sobre o Conselho Municipal de Saúde, acho que alguém viu, ele resolveu tomar partido e, por educação, nos chamar lá. Eu fui eu mais três mães no Conselho Municipal de Saúde, inclusive a Sara está aí? Não sei se ela está ainda. Está aí, Sara? Está? Enfim, ele disse para gente que estava fazendo a fiscalização nos CAPS, correto? E se a gente tinha interesse em alguma de nós, até participar como membro no Conselho Municipal de Saúde, falou que tinham várias denúncias sobre os atendimentos que estavam sendo realizados no CAPS, todos eles, e que eles estavam fazendo um procedimento de fiscalização. E falou que o papel do Conselho de Saúde do município, que são sobre prestação de contas, e tal, mas assim, sobre a questão do autismo, nada ficou muito elucidado. E passou uns dias, eu entrei em contato novamente e solicitei esse documento. Eu falei esse documento é público? Ele falou sim. Eu falei, você conseguiria me enviar uma cópia, porque já temos a denúncia no Ministério Público, se você não nos fornecer esse documento que é público, você terá que fornecer para a promotoria. E ele me enviou esse documento no que eles referem-se a fiscalização do CAPS-D, do CAPS-AD e o Psicossocial, foi onde eu li aquelas várias irregularidades, entendeu? E ele informou para nós também que deu início na fiscalização do CAPSIJ, que também recebeu várias denúncias, inclusive ele orientou todas as mães que estão passando por atendimento a fazer uma denúncia por escrito, assinar e entregar no Conselho Municipal de Saúde. Só que essa denúncia, a gente não teve acesso ainda, quer dizer, a esse documento de fiscalização, porque ele disse que quando foram lá, não tinha um representante que pudesse acompanhá-los, fornecer as documentações, o que eles precisavam. Então, o parecer do Conselho de Saúde foi esse aqui para a gente, esse relatório do CAPS apontando várias infrações. Entendeu?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Pessoal, eu vou pedir para vocês que sejam sucinto agora, a partir de agora, porque nós já estamos no nosso prazo regulamentar, a audiência pública, estourado. Então, depois da fala da nossa colega lá, eu vou fazer o encerramento, porque até o áudio aqui, a fita já deve estar terminando, então nós precisamos ser meio rápidos, tá. Eu vou passar a palavra para a senhora. A senhora, pode-se apresentar, por favor?

Valéria: Boa noite. Meu nome é Valéria. A Prefeitura está tanto insistindo em dizer que o CAPS é especialista em autismo, só que meu filho começou a ir lá, faz umas duas semanas, e eu vi algo lá que me deixou assustada. Como vai tratar de crianças com TEA lá, envolvendo outros tipos de coisas, de transtorno? Eu estava lá com meu menino, passei aguardado para ser atendido pela psicóloga, e o rapaz, eu acho que tinha uns 18 anos, saiu da sala algemado, da sala da psicóloga algemado, é lá que eles querem enfiar as crianças com autismo? Eu não vou mais levar meu filho lá, e se o cara tem um surto, sei lá o quê, tenta agredir as pessoas que estão lá, eu estou colocando a vida a minha e do meu filho em risco, na hora que eu fui questionar a monitora que estava lá, a psicóloga estava lá, ela falou assim: é da Fundação Casa. Gente, é um cúmulo isso. Colocar crianças autistas com, com sei lá, delinquente, porque se fosse uma boa pessoa, não estaria na Fundação Casa. É

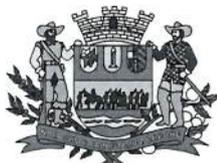


CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

justo isso? E outra, meu filho não tem laudo, faz 2 anos que estou lutando pelo laudo do meu filho, e não tem. Eu passei o meu filho com o neuro da Santa Casa, ele pediu ressonância, não tem ressonância em Mogi Mirim, é de revoltar, eu pago imposto, imposto caro, é caro os impostos que a gente paga, e é um direito do meu filho, e eu estou sendo feita de palhaça a mais de 2 anos, porque eu fiquei aqui nem idiota esperando fila lá, no neuropediatra, no AME, 2 anos que nem idiota, esperando para uma avaliação no neuro, para mim desculpar que não vai ser chamado, meu filho não vai ser chamado. Onde está nossa, a preocupação do prefeito com os autistas? Não é justo, gente, isso não é justo. Eu falo de CAPS, fala isso, fala que está fazendo, está fazendo nada, e para piorar, eu fui bloqueada na página do Facebook, eu fui bloqueada, porque eu fui tentar falar a verdade, meu filho não tem atendimento, e outra coisa, tiraram o meu filho do CEM, as psicólogas foram lá, são amor de pessoa, meu menino amava a psicóloga, teve alta, pra mandar naquela merda do CAPS, não tem ninguém especializado lá, como vai fazer o laudo do meu menino? Como? Se não tem especialidade? E o meu filho viu uma pessoa algemada, meu filho entrou em pânico, na mesma hora, meu filho teve uma crise, falou, mãe ele é bandido, é justo isso? Eu saí de casa, fazer todo o caminho que tenho que fazer para chegar lá, meu menino, ver essa cena? Pelo amor de Deus, gente. Eu só quero o que é justo, o que é por lei, direito do meu filho, meu filho não tem laudo, eu quero o laudo do meu filho, é a única coisa que eu quero, que é direito do meu filho. Estou revoltada, sim, porque a gente está sendo feita de palhaça há anos, 11 anos, anos e anos sendo feita de palhaça, na escola, meu menino estava à tarde, mudaram meu menino de manhã, porque eu não tenho laudo. Eu fui questionar a diretora, a diretora falou assim, no dia em que você tiver laudo, você volta aqui e a gente conversa, é assim então? É assim que nosso filho é tratado? É só isso que eu queria falar sobre o CAPS. CAPS não é lugar para ser atendido autista. Nossos filhos, lá com bandidos? Cada um sabe o que faz da vida, mas colocar o meu filho junto com o bandido algemado lá dentro da Fundação Casa? Eu não vou aceitar isso. Boa noite.

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Bom, eu queria passar algumas informações aqui. Que isso é uma situação muito delicada. Eu não entendo, eu não entendo, porque o nosso chefe do executivo mantém essa secretária de saúde em Mogi Mirim. Por quê? Nós tivemos a visita da Polícia Federal aqui, em Mogi Mirim e a Polícia Federal foi até o Departamento de Saúde pegar lá documentos e equipamentos para fazer uma investigação. E também estive na Santa Casa para pegar documentos e equipamentos. Por quê? Essa secretária de saúde trouxe para Mogi Mirim o Instituto Nacional de Ciências de Saúde que já tinha problema lá em Mogi Guaçu quando ela foi secretária de saúde lá em Mogi Guaçu. Então essa secretária, ela tem sobre ela suspeitas gravíssimas, só que assim como os guardas foram afastados, ela não foi afastada da secretaria. E outra coisa, nós estamos com requerimento lá dentro da Secretaria de Saúde pedindo o quadro de profissionais que estão atuando lá dentro da Avante, não vou falar CAPS, mas da Avante, de toda Avante, porque a Avante ela está cobrando um serviço do município de Mogi Mirim, só que ela não está entregando aquilo que está no contrato, ela está descumprindo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com o contrato. Então aí já existe um crime, tá? Existe um crime. E ao passo que a Secretaria de Saúde não entrega essas informações que um vereador dessa casa faz já dá demonstração do que está acontecendo na área de saúde de Mogi Mirim, tá? Bom, eu queria fazer uma última pergunta, uma última pergunta aqui para o nosso secretário de Cultura, Luiz Dalbo, o que a Secretaria de Cultura está desenvolvendo em prol dos autistas? O senhor secretário, eu já queria antecipar os meus agradecimentos pela coragem, pelo empenho do senhor e pelo brilhante trabalho que o senhor vem exercendo na área da cultura em Mogi Mirim. O senhor poderia falar algumas coisas para gente?

Secretário Luiz Dalbo: Boa noite. Já que a gente tá falando de inclusão, acho importante passar pela mudança cultural. Vou fazer minha áudiodescrição, porque pode ter pessoas com deficiência visual, assistindo de casa ou até aqui. Então meu nome é Luiz, tenho 1,74m de altura, estou de camiseta preta, calça jeans, não sou nem gordo, nem magro, moreno e com cara de cansado, porque o dia foi longo hoje. A inclusão é um desafio e sempre será num mundo como o nosso, aonde a empatia se falta por todos os aspectos universalmente. E isso tudo sempre passa pela cultura. Toda vez que a gente constrói ampliação de serviços, constrói a ampliação, eu sempre sou com meus educadores, aquele olhar de tipo, perceba cada indivíduo, perceba que cada um tem o seu potencial e as suas dificuldades e na cultura é mais fácil trabalhar, porque a manifestação artística de cada um, um rabisco para umas pessoas, pode ser uma manifestação artística para outras e depende do olhar do educador. Então a gente passa sempre por esse crivo lá dentro. Um dado que é importante, eu não estou justificando aqui a educação, nem nada disso, mas é que eu passo no meu dia a dia também, é que isso é dados que eu vi esses dias, tá gente. Em 15 anos não teremos mais professores no mercado de trabalho, não é um problema de Mogi Mirim. É que ninguém mais se especializa, hoje ninguém mais faz matemática, história, artes. Então a gente está enfrentando um problema que não é só ter um profissional, é ter um profissional preparado para qualquer ação. Eu não estou pensando só na questão do autista. As experiências que a gente teve, como por exemplo, que acho que na audiência que eu fui convocado, eu estive aqui, do jovem que fez fotografia, agora está fazendo uma formação com a Lira, que é nosso parceiro lá também, é que a sensibilidade primeiro passa pelo educador de sala de aula. E depois todo o processo em volta dele. E a sensibilidade, eu estou agora, uma experiência, a Fonte Viva que a gente comentou aqui, ela vai fazer o dia do autista, de conscientização do autista, que acho que é dia 6 do 4, e ela me pediu apoio. Falou, Luíz, queria que você fornecesse para a gente brinquedo inflável, pipoca, algodão doce, para chamar a atenção do público. Eu falei, tá, vamos ver se eu tenho possibilidade. Aí eu tive possibilidade, mas aí eu chamei a coordenadora e falei, mas eu gostaria que o profissional que vai cuidar do algodão doce soubesse servir direitinho para o pessoal que tem autismo. Que a criança que vai brincar no brinquedo inflável, ela também, ela ter uma vivência sem ser exposta aos outros. Porque a nossa ideia não é criar preconceitos, a ideia é incluí-lo. Então todo esse olhar, eu sempre estou em contato com a equipe, e conversando sobre isso. E quando digo para vocês que a causa é nobre, e eu entendo, porque eu também sou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

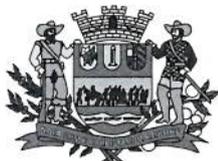
Estado de São Paulo

tio de um cadeirante, e são aspectos diferentes, mas que atravessam pelos mesmos, pelas mesmas privações de direito, entendo que a gente precisa de coisas como a gente foi fazendo hoje, desses momentos de aprendizado, por exemplo, esse aba, eu não conheci o que era, a gente já foi procurar saber, eles falaram, opa, vamos procurar coisas disso. Então o diálogo, gente, é fundamental, vamos dialogar, vamos dialogar. Hoje foi muito mais fácil conversar com vocês do que da outra vez. Da outra vez foi tanto ataque que eu fiquei desbaratinado e não consegui, não dialogar. Hoje eu aprendi muito com vocês. Então eu acho que é um pouco isso. A gente pega uma secretaria que tinha 400 alunos, hoje tem 1.200 alunos. Então eu pego, primeiro, uma falta de hábito cultural na cidade para a gente construir um hábito cultural. E passa, claro, pelas pessoas que têm todas as síndromes do idoso, também que têm mobilidade reduzida, até pessoas que tenham autismo e tudo mais. Então eu digo, se algum momento na Secretaria de Cultura e Turismo, alguém foi privado de fazer alguma coisa porque tem algum tipo de deficiência, traga isso para a gente. Porque eu digo uma coisa para vocês, e acho que é um pouco as minhas colegas secretárias passam. A gente está na ponta. E muitas vezes a gente não vê quem está no apoio mesmo, quem está no dia a dia. Então a gente passa por dificuldades e a gente vai aprendendo com essas dificuldades e a gente tem que resolver essas dificuldades. Então acho que obrigado, peço desculpa, pelo cansaço do dia. E acho que... Teve três páginas aqui de coisas que trouxeram de potencial ideias. Então eu quero dialogar mais com vocês também, porque eu tenho certeza que vocês vão trazer coisas que dentro do aspecto cultural, dentro do fazer artístico, eu posso levar aí para os alunos do Centro Cultural e também toda a população de Mogi. Tá bom, gente?

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Luiz Dalbo, queria agradecer muito as suas palavras. E uma das pessoas que são membros do Conselho de Saúde pediu a palavra, e eu vou passar a palavra para ela. Rita, pode falar? Você pode se apresentar, por favor?

Rita Capitoni: Boa noite. Meu nome é Rita Capitoni. Eu sou vice-presidente do Conselho. E quando resolvi entrar no Conselho, foi para lutar, lutar pelo povo. Porque as pessoas não sabem a força que tem o Conselho da Saúde. Ele é soberano e órgão fiscalizador. Então, já está dizendo tudo. Marcela, eu gostaria de te fazer uma pergunta. Quando você se referiu que teve uma reunião com o presidente, em nenhum momento ele te convidou para participar das nossas reuniões?

Marcela: Boa noite, Rita. Não, não ele falou que a única coisa que ele falou se tinha alguém que tinha interesse em participar como conselheira, ser um membro do Conselho. Entendeu? Mas, assim, não foi, na verdade, não foi uma reunião, estava só ele presente lá. E eu acho que o nome é Miguel. Foram duas pessoas. Não foi uma reunião, acho que formal, com todo o Conselho. Foram duas pessoas que atenderam a gente lá.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Rita Capitoni: No meu ver, eu fiquei sabendo por você isso. E como eu já disse, o Conselho é um órgão deliberativo e fiscalizador. Nós temos reunião toda última terça-feira do mês. E ali existe o premo. Preno é soberano. Quando nós levamos um assunto lá, tem que ser decidido, é votado. Lá quem manda é o premo. Desculpa. Então, assim, a revolta que eu estou vendo é que está tendo passa-pano. Entendeu? Então, assim, eu fiquei sabendo por você isso. E eu cheguei no presidente e falei para ele, olha, no meu ver, você tinha que ter marcado uma reunião com o premo. O Conselho não se faz só de duas pessoas. Nós somos o que, em 28 lá, mais ou menos, não me lembro bem. Mas o presidente... Não sei o que ele quis fazer com isso, entendeu? Agora, o certo era ele ter pedido para você, não se reúne, tal dia nós temos a reunião, vocês vão expor para o premo e nós estamos lá, nós poderíamos ajudar. Porque o premo é obrigado a ajudar. Então, assim, nas votações, vota sim ou não? Aprova ou reprova? Só que, ultimamente, nós estamos lá só para reprovar ou aprovar contas, para essa ação de contas da secretaria. Porque não está sendo atuante. Você entendeu? Então, gente, o Conselho é forte, tem poder. Então, por favor, se vocês querem ajuda, bate em cima. Queremos a reunião, está na reunião do Conselho. Agora, na próxima, ele ainda não está. Eu gostaria que ele tivesse, porque ele é o presidente, eu sou vice. Então, eu estaria junto ali, porque nós votamos e vocês colocam o que vocês estão reivindicando e a gente vai tentar ajudar votando para lutar para trazer, na medida do possível, bater em cima para trazer aquilo que está precisando. Porque dinheiro, nós sabemos que tem. Então, eu fiquei muito assim, assustada, de saber que o Conselho se reuniu duas pessoas para falar com você de um assunto tão sério, que deixe bem claro. Aqui, eu nem deveria falar, mas a Marcela sabe. Mas é que, para depois, não haja coisa pelas costas da gente, dizendo que estou defendendo, porque eu tenho um filho autista, mas graças a Deus, muito inteligente, como eu te disse, e uma neta autista. Hoje, eu não estou aqui como mãe e avó de autista. Eu estou como representante do Conselho. E o que eu tenho para falar do Conselho, ele é forte. Gente, procura a reunião do Conselho, que nós estaremos lá. O premo é soberano, o premo pode decidir, ok? Boa noite e muito obrigada.

Marcela: Ô Rita, tira só uma dúvida para mim, então. Para mim, não, para todos aqui. O Conselho Municipal de Saúde tem o poder de fiscalizar esse chamamento público, esse contrato que foi assinado com a Avanti Social e autuar infrações ou não?

Rita Caponi: Olha, na verdade, eles fizeram uma comissão entre eles. Entendeu? Então, assim, eu nunca participo, nunca. Eu nunca sou chamada. Desde que mudou a gestão, a Rita só é a conselheira. Simples conselheira. Fui vice-presidente porquê... Não sei. Mas, na verdade, existe-se comissão. Por exemplo, eles só aceitaram eu como representante das UBS's. São três, formados de três pessoas. Então, por quê? Porque a UBS dá menos...

Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: Pessoal, vocês me desculpam, mas eu tenho que encerrar, tá? Declaro encerrada essa audiência pública nesse exato



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

momento. Nós temos um funcionário aqui que ele não recebe hora extra, e eu posso ter problema depois com a presidência. Então, eu estou encerrando nesse momento a audiência pública. Agradeço todos que tiveram presente. Espero que todos puderam perguntar, falar o que queria. E a audiência pública é para isso mesmo. Muito obrigado a todos.

Marcela: Como é uma audiência pública, uma coisa muito grave que está acontecendo, tá? Em relação à denúncia que foi feita no Ministério Público, eu estou como denunciante, tá? Então, já deve ter sido oficiado Secretarias, gabinete. Recebi ligações no meu telefone, estou recebendo ameaças. Não sou só eu, tá? Tem algumas mães até que, inclusive, estão na plateia. Acho que elas não vão querer se manifestar, porque elas estão com medo. Até assistente social da Avante social, indo na casa dessas pessoas amedrontar as mães. Então, eu quero deixar registrado aqui, tá? Para todo mundo que estamos sendo coagidas e ameaçadas, tá? Então, um boa noite a todos que vieram, os vereadores que tiveram presente. Agora, a gente consegue observar quem é que está acompanhando, quem é que tem interesse, ou só quem quer dar tapinhas nas costas de vez em quando. Obrigado, gente.

SALA DAS SESSÕES “VEREADOR SANTO RÓTOLLI”, em 12 de março de 2024

VEREADOR ORIVALDO APARECIDO MAGALHÃES
(MAGALHÃES DA POTENCIAL)
PSDB

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que nesta data foram arquivados estes autos, tendo sido autenticados sob nº 69 e com rubrica _____ de meu uso na última folha desse processo.

Secretaria da Câmara Municipal de Mogi Mirim,

10 de maio de 2024

Secretário (a)